



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS, CAMPUS VII - CODÓ  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR  
EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA**

**JOANA ALICE DA SILVA MELO**

**LUTAS DE MULHERES CAMPONESAS: O CASO E A CASA  
DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ  
DOS BASÍLIOS- MA**

**CODÓ-MA  
2022**

JOANA ALICE DA SILVA MELO

**LUTAS DE MULHERES CAMPONESAS: O CASO E A CASA DAS  
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS  
BASÍLIOS-MA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, pela Universidade Federal do Maranhão - Campus VII, Codó-MA.

**Orientadora:** Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

CODÓ-MA  
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

MELO, JOANA ALICE DA SILVA.

LUTAS DE MULHERES CAMPONESAS : O CASO E A CASA DAS  
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS-MA /  
JOANA ALICE DA SILVA MELO. - 2022.

87 f.

Orientador(a): JASCIRA DA SILVA LIMA.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -  
História, Universidade Federal do Maranhão, CODÓ - MA,  
2022.

1. Luta pela Terra. 2. Mulheres extrativistas. 3.  
Quebradeiras-de-coco. I. LIMA, JASCIRA DA SILVA. II.  
Título.

JOANA ALICE DA SILVA MELO

LUTAS DE MULHERES CAMPESINAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA (AQCB)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, pela Universidade Federal do Maranhão - Campus VII, Codó-MA.

Codó-MA, 07 de fevereiro de 2022

APROVADA EM : 07 / 02/ 2022.

NOTA: 10,0

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima  
(Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, UFMA, campus VII).  
Orientadora

Profa. Doutoranda Maria Raquel Barros Lima  
(Profa. da Educação Básica – SEDUC/PI. Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGEd/ UFPI)  
Primeira Examinadora

Profa. Dra. Francilene Brito da Silva  
(Departamento de Artes. Centro de Ciências da Educação - CCE  
Universidade Federal do Piauí – UFPI)  
Segunda Examinadora

À minha Família.

Aos meus pais, Vanusa da Silva Melo e Francisco Lustosa de Melo Neto, aos quais pensei em dar orgulho em todos os momentos dessa caminhada. Foi por eles que tentei ser forte nos momentos de dificuldades. Eles que são os meus maiores exemplos de vida, amor, força e coragem.

Ao meu companheiro e amigo Carlos Roberto da Silva Moura.

## AGRADECIMENTOS

A minha caminhada até a finalização da graduação foi marcada por algumas pessoas que tocaram as melodias da minha história, me encorajaram a seguir em frente e a superar todos os meus medos, anseios e obstáculos que perpassaram durante a conclusão desse ciclo. Essas pessoas merecem meus sinceros agradecimentos por tudo que fizeram por mim e por tudo que me ensinaram nessa etapa.

Primeiro, agradeço a Deus por ser sempre presente em minha existência! Por conduzir-me sempre à luz. Ele é minha maior força e inspiração em todos os momentos. Obrigada pelo dom da vida, por me guiar pelos Teus caminhos e por sempre cuidar de mim e daqueles que eu amo.

Agradeço imensamente à minha mãe, Vanusa da Silva Melo, por ser a grande inspiração na minha vida, por sempre me mostrar desde criança o caminho a seguir através dos estudos. Obrigada por sempre me receber com abraços que me tocam a alma a cada vez que consigo ir visitá-la. Obrigada por sempre me colocar em suas orações, por me incentivar a sonhar e a seguir em frente, mesmo quando a caminhada se torna difícil e parece impossível. Obrigada por me contar suas histórias de lutas que me inspiraram a pesquisa e a escrever esse trabalho. Graças a todos os seus ensinamentos, venho me tornando cada vez mais uma pessoa melhor e sonhadora. E, tudo isso é resultado, também, de tudo que aprendi no tempo em que morei com a senhora. Amo-te demais e sou eternamente grata e orgulhosa pela sua vida.

Ao meu Pai, Francisco Lustosa de Melo Neto, agradeço por sempre vibrar e torcer em cada passo dado em minha vida, para que eu concluísse essa etapa. Obrigada pelo amor, carinho, pela força e por sempre me encorajar e me receber com seu sorriso no rosto, que alegrava minha alma e me fazia perceber o quanto aquele sonho se tornava importante para ele e, que por isso, sempre me impulsionava a lutar pelo que acredito e pelo o que sonhava. Muito obrigada também por me ensinar a superar meus medos, e a controlar minhas angústias nos momentos difíceis da vida.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs – Aldo da Silva Melo, Aldina da Silva Melo, Augusto da Silva Melo, Anízio da Silva Melo, Acelmo da Silva Melo, Adriano da Silva Melo, Amanda da Silva Melo, Aryanny da Silva Melo e Álvaro Emanuel da Silva Melo – por serem a mais sincera luz e alegria na minha vida, pelos abraços e as energias positivas. Muito obrigada pela força, apoio, incentivo, confiança e por sempre estarem

presentes, mesmo quando eu estou ausente. Vocês foram essenciais para a realização e conclusão dessa etapa.

Agradeço ao meu companheiro e amigo Carlos Roberto da Silva Moura, por ser o amor e luz na minha vida. Obrigada pelo companheirismo, amizade, carinho, cuidado, cumplicidade e pelas longas conversas sobre a vida e por ouvir as minhas inquietações em relação à minha pesquisa, por sempre ler e fazer suas contribuições enriquecedoras que somam em meus estudos. Obrigada ainda pela paciência e incentivo para que eu não desistisse e concluísse mais esse ciclo em minha vida, por compartilhar tua vida comigo e por sempre ser tão presente em minha vida em todos os momentos.

À minha avó materna, Antônia Carneiro da Silva, aquela que desde criança me ensinava com suas histórias de luta a não desistir de sonhar por aquilo que eu acreditava. Obrigada por contribuir tanto na minha vida e por me ajudar a superar os meus medos, todos os seus ensinamentos foram essenciais para minha formação. A senhora é minha grande inspiração como ser humano, de força, coragem, e de humildade. Obrigada por contribuir tanto na minha pesquisa, e por me fazer ser ousada em continuar lutando e sonhado pelos meus sonhos.

À minha madrinha, Maria Divina Araújo Lima, por cuidar tão bem de mim, por sempre me colocar em suas orações. Obrigada pelo abraço tão carinhoso e pelo sorriso lindo que sempre me deixava emocionada com um coração cheio de felicidade pelo tanto de amor que você transbordava ao me receber em sua casa, ou até mesmo, pelas ligações, quando estávamos distantes. Obrigada pelas preocupações que sempre teve comigo, e por sempre acreditar em meus sonhos, pelo apoio de sempre depositado em mim.

De maneira bem especial gostaria de agradecer às mulheres quebradeiras de coco babaçu do município de São José dos Basílios-MA – Gonçala Valéria Silva Ferreira (Dona Gonçala), Francisca de Oliveira Sousa (Dona Francisca Pezeta) e Euzirene Pereira de Sousa Moura (Dona Euza) – que me proporcionaram a realização dessa pesquisa, e me permitiram contar um pouco sobre suas trajetórias de lutas pelo acesso aos seus direitos que, por muitos tempos, foram confinadas ao silenciamento. Muito obrigada por tudo que me ensinaram durante essa caminhada. Cada diálogo com vocês me ensinou o quanto é importante lutarmos por aquilo que sonhamos e por aquilo que temos direito. Obrigada por permitirem que outras pessoas, ao lerem esse trabalho, também venham a conhecer um pouco sobre suas histórias. Vocês me ensinaram e me inspiraram mais sobre o empoderamento feminino, sobre o nosso lugar e espaço na sociedade e, sobretudo, me

mostraram uma nova maneira de ver e problematizar as coisas da vida. Sou muito grata por tudo aprendido com vocês durante essas etapas.

Aos meus sobrinhos – Ana Sofia Melo, Alberto Melo, Àlvinson Melo, Ana Cecília Melo, Benício Melo, Apolo Melo e Luiz Francisco Melo Barros – por serem alegrias em minha vida e por sempre trazerem tanta luz e amor.

Às minhas cunhadas – Alaiane Melo, Francisca Araújo, Cristiane Santana e Jeane Melo – pelas energias positivas e pelos abraços carinhosos dados todas as vezes quando fui visitá-las.

A todos os familiares pelo carinho e por, mesmo sem compreender minha ausência, torcerem para que eu concluísse mais esse ciclo.

Agradeço especialmente a minha Orientadora professora Dra. Jascira da Silva Lima, muito obrigada por ter aceito meu convite em participar desta pesquisa, obrigada por sempre me incentivar a sonhar e a trilhar pelo universo acadêmico. Agradeço pelo apoio, pela paciência, pelas conversas, por acreditar e possibilitar minha pesquisa de campo quando eu não sabia por onde iniciar. Tenho aprendido muito com a senhora. Muito obrigada por tudo! Pelas conversas sobre meu objeto de pesquisa e pelos conselhos sobre a vida. São aprendizados que levo para a vida! A senhora sempre será um exemplo de professora/orientadora e de ser humano para mim. Admiro-a imensamente.

A professora Doutoranda Maria Raquel Barros Lima, pela as longas conversas sobre meu estudo de campo, pelos conselhos, confiança e por tudo que tem me ensinado durante essa caminhada da vida. Admiro-a muito, e sou eternamente grata por todos os aprendizados.

Agradeço a minha amiga/irmã, companheira e futura historiadora mais linda, Pamela Lorena Silva Machado, por, de início da nossa graduação, ter topado ir morar comigo em Codó, mesmo sem nos conhecermos direito, e por juntas dividirmos os melhores momentos da vida! Muito obrigada pela amizade, pela confiança ao compartilhar um pouco da tua vida comigo e pelo carinho. Desejo que você encontre seu caminho neste mundo e que consiga sempre seguir em frente, superando seus medos e deixando de vez no passado aquilo que não mais deve fazer parte do teu presente e do teu futuro. Obrigada pelos risos, choros, reclamações, debates, abraços, conselhos e tudo que vivemos juntas. Você é incrível e tem um espaço muito especial em meu coração. Muito obrigada por me mostrar o lado leve da vida, e por sempre estar do meu lado quando o



caminho se tornava difícil. Tua presença em minha vida foi uma parte muito importante para a conclusão desse ciclo. Estarei sempre vibrando e na torcida pelo teu sucesso.

Aos meus amigos/irmãos – Francisco de Assis Alves por me acolher tão bem, assim que cheguei em Codó, e por ter sido meu primeiro amigo inseparável em todos os momentos, me ajudando, principalmente na adaptação na cidade, até mesmo nos momentos mais difíceis. Eu sou eternamente grata por sua vida e por você ter entrando de uma maneira tão sincera em minha vida. Muito obrigada pelos risos, amor e por tudo que vivemos juntos, como uns diziam pelo os corredores da UFMA “onde Joana estava, o Junior que é Francisco estava”, inseparável e insubstituível! Obrigada por ter contribuído tanto na minha caminhada!

Ao Eugênio Meireles, aquele que, com seu jeito extrovertido e alegre trazia paz em meu coração. Obrigada pela amizade, pelo cuidado, proteção e por toda ajuda. Obrigada pelos debates acadêmicos durante as madrugadas nos grupos do WhatsApp ou em rodas de conversas do nosso grupinho presencial. Obrigada pela força e vibração por cada passo que eu conseguia caminhar. Você é muito importante em minha vida, e tua amizade foi essencial para a conclusão dessa etapa.

Ao Carlos Rogério da Silva Moura, obrigada por sempre estar na torcida por mim, por todos os debates acadêmicos, pelo cuidado comigo, pelo otimismo e por sempre estar do meu lado trazendo luz em minha vida.

Ao João Paulo Costa da Silva, por me mostrar o lado leve de ver o mundo. Obrigada por tua amizade, carinho e por toda a ajuda acadêmica quando estava no processo de escrita da pesquisa. Você é muito especial e importante em minha vida!

Agradeço aos colegas que encontrei nesse universo acadêmico da turma de 2017.2 por todos os debates, aventuras e troca de experiências compartilhadas.

É com imenso prazer que agradeço a todos os professores da Universidade Federal do Maranhão do Campus VII/Codó. Sou grata por tudo que aprendi com vocês. Muito obrigada pela excelente dedicação em cada aula ministrada!

Aos Servidores da UFMA por sempre cuidarem tão bem do nosso espaço acadêmico, minha gratidão a todos!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela oportunidade da prática docente, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, no qual me permitiu vivenciar momentos de grandes

aprendizagens, fazendo eu ultrapassar os limites geográficos em busca de novas experiências acadêmicas.

Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC por me permitir novos horizontes de conhecimento que ajudaram em minha formação.

Ao programa de Bolsa Estudantil pela oportunidade e ajuda financeira que contribuiu com as despesas da minha estadia em Codó, durante os 4 anos de graduação, muito obrigada!

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram nesse processo. Muito Obrigada!

*Perder-se também é caminho*

Porque às vezes quando me perco, me encontro. E quando não me encontro naquilo caminho, e tenho coragem de perceber meu equívoco [...] esforço-me pra olhar mais atentamente e enxergar que tudo que vivi até aquele instante, será em algum momento de grande valia. Hoje, olhando à minha volta, entendi o quanto é proveitoso descobrir que mesmo, por vezes, me perdendo em meus sonhos, sou afortunada, pois minhas ilusões emanaram de um desejo incontrolável de acertar.

[...] Que cada sonho que possuí, brindou-me com o brilho nos olhos dos que se arriscam. Porque há aqueles que tentam muito, e dessa forma, erram muito. Como há aqueles que não tentam nunca, e se vangloriam de nunca terem errado.

Eu escolhi não optar pelos falsos acertos. Escolhi não me espelhar naquelas pessoas que preferem perder-se nos sonhos alheios [...] por não terem a ousadia de sonhar, de se entregar, de se perder, pra se achar.

(Clarisse Lispector)

## RESUMO

No presente trabalho analiso o processo da emergência pela construção da Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu – AQCB, as lutas e conquistas sociais das mulheres camponesas do município de São José dos Basílios–MA. destacando os conflitos de luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais, e à proteção dos palmeirais como um patrimônio material para sobrevivência das mesmas e de seus familiares. A análise foi realizada com base, principalmente, nas memórias das mulheres quebradeiras de coco babaçu do município, em especial do povoado Morada Nova, pois, até o presente momento poucos são os dados historiográficos sobre a temática na região, sobretudo, no que diz respeito às questões de gênero e da intervenção feminina nas lutas camponesas. Portanto, esta pesquisa se estrutura a partir da interface da história e da antropologia social inglesa, dos estudos feministas e dos pressupostos da história oral. Além do trabalho com as “memórias”, têm-se dialogado com autores e autoras – ALMEIDA (2008), AYRES JÚNIOR (2007), BARBOSA (2008 e 2014), CARVALHO; MACEDO (2019), MATOS; SHIRAIACHI; RAMOS (2015) e REYDON (1986), dentre outros – que trazem reflexões pertinentes, tais como, a construção identitária das mulheres quebradeiras de coco babaçu, além das questões sobre campesinato e suas lutas pela terra.

**Palavras- chave:** . Luta pela Terra . Mulheres extrativistas. Quebradeiras-de-coco.

## ABSTRACT

In the present work I analyze the process of emergence for the construction of the Association of Quebradeiras de Coco Babaçu, the struggles and social achievements of peasant women in the municipality of São José dos Basílios-MA, highlighting the conflicts of struggle for land and for free access to babassu trees , and the protection of palm groves as a material asset for the survival of them and their families. The analysis was carried out based mainly on the memories of the babassu coconut breakers in the city, especially in the Morada Nova village, since, to date, there are few historiographical data on the topic in the region, especially with regard to gender issues and female intervention in peasant struggles. Therefore, this research is structured from the interface of English history and social anthropology, feminist studies and oral history assumptions. In addition to working with the “memories”, they have dialogued with authors and authors – ALMEIDA (2008), AYRES JÚNIOR (2007), BARBOSA (2008 and 2014), CARVALHO; MACEDO (2019), MATOS; SHIRAIACHI; RAMOS (2015) and REYDON (1986), among others – which bring pertinent reflections, such as the identity construction of babassu coconut breakers, in addition to questions about peasantry and their struggles, which we intend to analyze.

**Keywords:** Fight for Earth . Extractive women. Coconut breakers.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico com dados sobre o conflito de terra no Brasil nos anos 85/90.

Figura 2: Gráfico sobre o número de assassinatos nas décadas de 1985 à 1990.

Figura 3: Palmeira de Babaçu.

Figura 4: Produções provindos da Palmeira do Babaçu.

Figura 5: Reunião das Mulheres Sócias da AQCB em São José dos Basílios -MA, coordenada pela Dona Gonçala Valéria

Figura 06: Dona Francisca Pezeta - Fazendo à abertura do Encontro das Sócias da AQCB – São José dos Basílios-MA.

Figura 07: Dona Euza na Reunião com as Mulheres Sócias da AQCB – São José dos Basílios-MA.

Figura 08: Mapa ilustrativo da divisão dos povoados de São José dos Basílios (MA)

Figura 10: Extrativistas nas ruas “Dia Internacional da Mulher” – São José dos Basílios e Povoado Morada Nova.

Figura 11: Mulheres trabalhando na construção da AQCB

Figura 12: Primeira casa da AQCBSJB

## **LISTA DE TABELA**

TABELA 01: Caracterização Geográfica, Econômica e Social do Flores

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

**AQCB** – Associação de Quebradeira de Coco Babaçu

**AQCBSJB** - Associação de Quebradeira de Coco Babaçu de São José dos Basílios - MA

**AMQCB**- Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu

**ASSEMA**- Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

**CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base

**CEMAR** – Companhia Energética do Maranhão.

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra.

**IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**INEB** – Instituto Estadual do Babaçu

**MIQCB** – Movimento Interestadual de Quebradeira de Coco Babaçu

**STTR** – Sindicados dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1. ESTADO DA ARTE DOS CONFLITOS POR TERRAS E BABAÇU LIVRE PROTAGONIZADOS POR MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU EM ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS NO MARANHÃO</b> .....	22
1.1 Lutas pelo acesso à terra .....	25
1.2 Lutas pela preservação da palmeira.....	31
1.3 A Lei do “Babaçu Livre” .....	37
<b>2. LIDERANÇAS EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DAS MULHERES LÍDERES DA AQCB</b> .....	40
2.1 Gênero e identidades das Quebradeiras de Coco Babaçu no Povoado Morada Nova.....	51
<b>3. MULHERES EM MOVIMENTOS: ESTRATÉGIAS DE LUTAS DAS MULHERES CAMPESINAS E A CONSTITUIÇÃO DA AQCB DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA</b> .....	56
3.1 Conhecendo o contexto dos participantes da pesquisa .....	59
3.2 Estratégias e organização associativa das mulheres quebradeiras de coco do Povoado Morada Nova .....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	77
<b>APÊNDICES</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

Porque estudar as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu de São José dos Basílios? Esse foi um dos questionamentos levantados pela professora Dra. Jascira da Silva Lima, quando lhe fiz o convite para ser minha orientadora nesta pesquisa. Lembro que, quando ela levantou essa questão, por alguns segundos fiquei em silêncio e o que passava em minha memória era a imagem de minha mãe relatando o tempo que minha avó quebrava coco para sustentar a ela e seus outros irmãos.

Após, alguns instantes sem conseguir falar respondi que, a escolha por pesquisar e estudar sobre as mulheres quebradeiras de coco se deu pelo fato de tentar compreender como se ensejou a AQCBSJB (Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu de São José dos Basílios), bem como as lutas e conquistas das quebradeiras de coco babaçu de São José dos Basílios-MA, pois, esse processo faz parte de minha origem, de quem eu sou, pelo fato de ser filha, neta e bisneta de quebradeira de coco babaçu, e por desde criança ter acompanhado as histórias de lutas das quebradeiras pelo reconhecimento e valorização de seus trabalhos. Afinal, como bem lembra Michel de Certeau (1982), é importante escrever e teorizar sobre nosso lugar social, pois ele nos ajuda na compreensão da realidade na qual estamos inseridos. E, em segundo, pela importância de viabilizar, na produção do conhecimento, histórias de vidas de mulheres camponesas que por muito tempo, na historiografia oficial, foram confinadas a um longo silêncio.

Assim, se por um lado, a intenção de realizar esta pesquisa decorre pela “experiência do vivido e sentido”, a partir da minha própria trajetória de vida, por outro lado, este trabalho se justifica por contribuir no processo de democratização epistemológica na medida em que traz para o campo científico outros movimentos de sujeitos e, colabora na desconstrução da “história única”, que se tentou impor sobre as mulheres, os pobres, os negros e os indígenas, por exemplo.

Evidencio a relevância de entender os feitos que as relações de identidade de gênero têm através das práticas de lutas coletivas pela terra, pois, assim as mulheres reconstróem suas próprias identidades. Perceber as histórias das mulheres e o que essa história nos diz, o que essa história nos concede, seria de interesse primordial para a construção acadêmica da história. Pois, não podemos continuar negando o que existe.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo da emergência pela construção da Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu de São José dos Basílios - MA, com foco especial nas mulheres quebradeiras de coco da localidade Morada Nova,

município de São José dos Basílios – MA. Descrevendo as estratégias de lutas e organização social em movimentos dessas mulheres, e, verificando a sua formação identitária como líderes protagonistas nas lutas e organizações da Associação, como também, identificando fatos sociais que se deram como principais marcos de conflitos pela terra.

Com isso, diversas são as teorias explicativas que versam sobre a organização dos sujeitos em movimentos sociais e discorrem sobre as conquistas a partir dessas lutas coletivas em prol de seus direitos. No que concerne aos direitos e políticas sociais voltadas para mulheres camponesas, na década de 1990, emergem em diferentes partes do Brasil movimentos de mulheres engajadas em lutas sociais que colocaram o público feminino no cenário político-social e contribuiu para o rompimento do patriarcado. Nesse sentido, o que se problematiza nessa pesquisa são as lutas e conquistas das mulheres quebradeiras de coco babaçu vinculadas a AQCBSJB, buscando identificar seus protagonismos, os parceiros e os enfrentamentos ao preconceito de gênero.

Metodologicamente esta pesquisa se estrutura a partir da interface da história e da antropologia social inglesa, dos estudos feministas e dos pressupostos da história oral, que segundo Alves (2016, p. 03 *apud* Oliveira 2018, p. 17), tem como característica buscar “ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela”. Sendo assim, a pesquisa conta inicialmente com a realização de um levantamento de material bibliográfico, dialogando principalmente com autores que retratam o recorte aqui delimitado. O intuito é de investigar a memória de inserção das mulheres camponesas nos conflitos pela terra no Maranhão, suas lutas e conquistas.

Já no segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas informais com mulheres camponesas do município de São José dos Basílios - MA, com a finalidade de investigar suas trajetórias de vida que levaram à construção da AQCB e a conquistas no campo social. As entrevistas ocorreram no período entre 2019 e 2020, sendo entrevistadas três mulheres, Gonçalves Valéria Silva Ferreira (Dona Gonçalves, ex-presidente e ex-vice-presidente da Associação), Francisca de Oliveira de Sousa (Dona Francisca Pezeta, sócias e ex-fiscal Associação) e Euzirene Pereira de Sousa Moura (Dona Euza, sócias e ex-fiscal da Associação).

Por conta do contexto pandêmico da Covid-19, iniciado em março de 2020, não foi possível ter acesso à outras mulheres sócias da AQCBSJB de forma presencial. Como

as mesmas moram em comunidade morada nova cujo acesso às tecnologias da informação não é possível, também não foi possível realizar as entrevistas na modalidade remota.

Foi utilizado como ferramentas de pesquisa, principalmente, instrumentos, caderno de campo, onde foram feitos os registros observados durante as entrevistas, como também, um aparelho celular, com uma aplicação de gravação de áudio, para facilitar registro das falas durante a escrita. Além das entrevistas, foram observadas rodas de conversas informais, de onde foram tiradas algumas informações adicionais para a pesquisa. Como também foram registradas as imagens das interlocutoras, que mediante autorização são apresentadas no capítulo dois e três.

O primeiro contato no campo de pesquisa foi um momento de grande desafio, pois, ao tentar falar com as mulheres, a primeira resposta dada por elas a respeito da participação no trabalho fora negativa, utilizando o argumento de que não lembravam todos os fatos ocorridos na íntegra. Porém, após alguns meses, retornei novamente ao campo de pesquisa e, em conversas com elas, tive a oportunidade de conseguir marcar uma primeira entrevista com a ex-presidente da AQCBSJB. O que eu observava era que permanecia nelas a desconfiança, anseio e medo em relatar suas vivências acerca da Associação. Essa situação me instigou a rebuscar essa história como também me levou a indagar por inúmeras vezes se estava fazendo os questionamentos corretos, pois, algumas perguntas lhes causavam momentos de reflexão e lampejos de dor.

Logo após esse segundo contato com as entrevistadas, tive uma conversa informal com a professora Jascira Lima, onde falamos sobre essa prática de pesquisa do campo, na qual ela me fez perceber que, para conseguir mais sucesso no processo de entrevista, eu deveria fazer com que as mulheres tivessem mais confiança, conquistando-as, fazendo-as falar sem nenhum receio de serem julgadas ou, que elas não sentissem anseio de serem prejudicadas pelo que estariam dizendo. Mas, que viessem perceber a importância histórica que se tem nas suas trajetórias de luta pela valorização e acesso ao coco babaçu.

Depois, dessa conversa com a professora, procurei maneiras de me aproximar mais das mulheres da comunidade, pois, sabia que ao ficar mais próxima delas, conseguiria deixá-las com mais confiança durante as entrevistas. Nos contatos seguintes, após muitas visitas em suas residências consegui obter informações mais concretas e com credibilidade ao relatar.

*A priori* esta pesquisa está organizada em três capítulos, sendo o primeiro capítulo titulado Estado da Arte dos Conflitos por Terras e Babaçu Livre Protagonizados por

Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu em Articulação com Movimentos Sociais no Maranhão. Neste capítulo analisa-se o desenvolvimento e estratégias de resistências e aliança dessas mulheres durante o cenário de conflitos e lutas pela terra, pela preservação das palmeiras e pelo acesso aos babaçuais. Dialogando principalmente com os teóricos: ALMEIDA (2008), AYRES JÚNIOR (2007), BARBOSA (2008 e 2014), CARVALHO; MACEDO (2019), MATOS; SHIRAIACHI; RAMOS (2015) e REYDON (1986) entre outros intelectuais.

Já o segundo capítulo, tendo como título Lideranças em movimento: a construção identitária das mulheres líderes da AQCB, pretende, a partir do trabalho de campo, identificar histórias de lutas e resistências das mulheres camponesas para construção da identidade de quebradeiras de coco babaçu, especialmente, no estado do Maranhão, com ênfase nas experiências daquelas que lideraram a AQCBSJB.

E o terceiro capítulo, intitulado como Mulheres em Movimentos: estratégias de lutas das mulheres camponesas e a constituição da AQCBSJB, descreve e analisa a organização e articulação das mulheres camponesas através dos movimentos sociais, bem como a influência e participação da Igreja Católica nessa organização, e na constituição da Associação de Quebradeira de Coco Babaçu de São José dos Basílios-MA (AQCBSJB).

Enfatizo que, em especial os capítulos dois e três foram onde valorizei as falas e memórias das mulheres quebradeiras de coco entrevistadas, levando em consideração a importância de tais falas na construção e compreensão do enredo histórico aqui pesquisado.

## **1. Estado da arte dos conflitos por terras e babaçu livre protagonizados por mulheres quebradeiras de coco babaçu em articulação com movimentos sociais no Maranhão.**

Historicamente as mulheres quebradeiras de coco babaçu possuem sumária relevância nas regiões dos babaçuais nos âmbitos econômico, social, político e cultural, sobretudo nos estados em que o babaçu é mais abundante como Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão<sup>1</sup>. Decerto, em meio às famílias rurais, o babaçu desempenha um papel fundamental na manutenção da renda, conseguindo manter as famílias em suas necessidades básicas para manter-se vivo. Com a renda das atividades do extrativismo do babaçu as mães de família ainda conseguem ajudar na manutenção dos filhos, que se deslocam para outras localidades em busca de estudo, pois depositam no acesso à educação a possibilidade de ter qualidade de vida melhor.

A economia gerada pelo babaçu vem ganhando espaço no mercado, com a comercialização dos subprodutos, tais como: o azeite de coco, sabão, carvão e o mesocarpo<sup>2</sup>, que é ingrediente para produção de bolos, mingau e sequilhos. A palmeira também é matéria prima para produção de artigos artesanais.

Nessa perspectiva, esse recurso natural, além da importância cultural para as quebradeiras de coco, foi despertando os olhares de outros sujeitos, como artistas, pesquisadores, poetas, escritores, como também, agentes econômicos, a exemplo do Estado, que ao ver a grande demanda por produtos beneficiados do babaçu, que gera renda para trabalhadores e trabalhadoras do campo, passaram a ter uma visão diferente sobre essa cadeia produtiva, estabelecendo formas de exploração que nem sempre respeitam a cultura tradicional das extrativistas.

Desse modo, além de chamar a atenção para a especulação dos negociadores ligados com a comercialização do babaçu, é preciso dar visibilidade aos dilemas e conflitos entre trabalhadoras agroextrativistas, proprietários de terra e o Estado, que ocorreram no final da década de 1960 e início de 1970, com a implantação da Lei Sarney de Terras nº 2.979, implantada em julho de 1969 pelo então governador José Sarney. Essa lei tratava da privatização de territórios públicos do Estado. A essa conjuntura, e com o aumento de programas agropecuários e agroindustriais, muitas mulheres quebradeiras de

---

<sup>1</sup> Nesses estados foi criado a AQCB através do movimento do MIQCB que veremos mais adiante nesse capítulo.

<sup>2</sup> Substância colhida entre o epicarpo e o endocarpo do coco de babaçu, transformada em farinha, rico em ferro, ácido fosfórico, cálcio, potássio e ecolina. Fonte: mfrural, (2021).

coco foram expulsas das terras, como também, lhes foram negados os acessos aos babaçuais. (BARBOSA, 2014).

Após a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais, o campo entra na agenda nacional pela perspectiva do negócio exclusivamente – essa perspectiva de negócio exauriu os recursos naturais da terra. Fazendo assim, os conflitos estenderam-se às terras dos babaçuais, nas quais os que se autodeclaravam donos das terras começaram a proibir a extração do babaçu, provocando assim, as mulheres do campo a se organizarem em forte movimento, como aponta Carvalho e Macedo (2019, p.03)

Tais conflitos estenderam-se à área dos babaçuais, onde fazendeiros e grileiros começaram a proibir a extração do babaçu, desencadeando, em contrapartida, forte mobilização por parte de trabalhadores rurais e comunidades extrativistas. Essa luta significou não só a própria sobrevivência das famílias como também foi uma luta contra a violência imposta aos seus modos de vida. (CARVALHO, MACEDO, 2019, p.03).

Assim, os conflitos foram marcados por várias lutas, seja pela manutenção de seus modos de vida, contra os donos de terras, contra a violência, contra o mecanismo de exclusão, contra a proibição do acesso aos babaçuais, contra a não preservação da palmeira. Seja qual fosse a causa da luta, as mulheres buscavam enfrentá-la se articulando enquanto movimento social, para buscar estratégias e métodos de resistências cada vez mais organizados, para assim, conseguirem enfrentar com força e coragem os conflitos em que viviam. (CARVALHO E MACEDO, 2019).

Sendo assim, as mulheres foram diretamente envolvidas no combate pela posse das terras, particularmente, pelo acesso aos babaçuais e preservação das palmeiras. Pois, através da luta em defesa do trabalho extrativista, outras localidades se mobilizaram em movimento e, assim, viabilizaram a luta pela terra.

A luta foi marcada pela violência, principalmente, entre as décadas de 1985 e 1990, onde, os combates no campo abrangeram cerca de 450 mil lavradores, desses, foram registrados, pelo menos, três assassinatos de mulheres quebradeiras de coco. (TEMPOS NOVOS, 1992a, p. 20; 1990b, p.7 *apud* BARBOSA, 2008, p.5)

Desde então, no desenvolvimento de estratégias de resistências e alianças dessas mulheres neste cenário de conflitos e lutas pela terra, pela preservação das palmeiras e pelo acesso aos babaçuais, as quebradeiras de coco babaçu perceberam que era preciso buscar alianças com lideranças de outros movimentos, para assim, conseguirem ter força para vencer as adversidades que eram impostas em suas vidas.

Foi motivada pela defesa de suas vidas que elas começaram a se organizar enquanto movimento social, principalmente dentro de quatro Estados, Piauí, Tocantins, Pará e Maranhão. E, a partir de grupos de mulheres desses Estados, foi se fundando na década de 1991 a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu - AMQCB, no qual, em 1995 foi dado o nome de Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, 2020).

Segundo Santos (2019), as mulheres quebradeiras de coco, autodeclaradas como comunidades tradicionais, buscam articular-se além do MIQCB, procurando se unir aos trabalhadores rurais e sindicalistas, isso, porque elas viam que, assim, conseguiriam agregar mais estratégias para conseguir vencer os patrões, fazendeiros, os jagunços, que por diversas vezes ameaçavam seus recursos naturais, como também sua própria vida.

Diante do cenário de grandes confrontos, as mulheres quebradeiras de coco babaçu foram criando outras articulações para lutar pelos direitos que lhes foram negados, como afirma Carvalho e Macedo (2019).

Nesse cenário de grande conflitualidade, as mulheres que viviam da quebra do coco babaçu criaram um grupo de estudos, promovendo encontros no Médio Mearim<sup>3</sup>. Tal grupo teve suporte da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), cujo objetivo era atender as necessidades de trabalhadores rurais e extrativistas naquela região, por meio de assessoria técnica e jurídica para associações e cooperativas. Ademais, as mulheres já vinham tendo experiências de articulação e mobilização política junto ao Movimento de Trabalhadoras Rurais do Maranhão (MTRM) e às pastorais e entidades católicas, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (BARBOSA, 2013 *apud* CARVALHO, MACEDO, 2019, p.03).

Reforçando ainda o que é afirmado pelos autores, é importante argumentar que a partir da criação de grupos, movimentos e encontros, foi possível uma organização, articulação e desenvolvimento de estratégias e táticas que as motivassem as mulheres a não desistirem de lutar pela preservação de seus recursos naturais, pelo acesso as terras e aos babaçuais.

Sobre as estratégias e as formas de resistências dessas mulheres nos conflitos pelos seus direitos, destacamos o que é visto por Barbosa (2008), que enfatiza o processo de articulação das quebradeiras de Coco Babaçu

---

3 Localizado no Estado do Maranhão



[...]foram importantes para o processo de articulação de quebradeiras de coco babaçu, dentre os quais a Igreja Católica<sup>4</sup>, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH), o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), alguns setores partidários e, mais recentemente, alguns intelectuais. (BARBOSA, 2008, p. 7).

A Igreja Católica, como também, outras instituições, movimentos e órgãos de distintas regiões, foram importantes na construção de articulação, resistência e estratégias de força, coragem e luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, contribuindo para dar visibilidade e encaminhar suas demandas.

De acordo com Ayres Júnior (2007) essas instituições não apenas ajudavam a reduzir os conflitos, como também estruturaram, prepararam e defenderam publicamente as mulheres lideranças, zelando para não se abaterem emocionalmente diante das dificuldades que estavam enfrentando. Essas entidades ainda encorajavam os grupos a pensar ações favoráveis a execução de suas estratégias.

Para além dos movimentos sociais a articulação do próprio MIQCB com os órgãos do Estado tem garantido acesso a benefícios públicos, conforme aponta Matos, Shiraishi e Ramos (2015).

O MIQCB tem garantido a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF<sup>5</sup>) para as quebradeiras de coco babaçu, assegurando sua inclusão em programas de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Garantia de Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade Brasileira (PGPM-bio), que contribuem para o fortalecimento das lutas políticas, sociais, econômicas e ambientais das quebradeiras de coco babaçu e de suas organizações. (MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória, 2015, p.15-16).

Assim, pode-se perceber que todas essas formas de organizações e articulações impulsionaram esses grupos a lutarem e resistirem às opressões que lhes eram impostas pelos “chefes proprietários”, que as proibiram de ter acesso aos babaçuais e seus recursos naturais.

## 1.1 Lutas pelo acesso à terra

---

4 A Igreja Católica retinha contato com quebradeiras de coco através de padres e missionários, freiras, das Comunidades.

5 A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é o instrumento jurídico que identifica o agricultor familiar para acessar políticas públicas dentro do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF). (MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória, 2015, p.15)

A extração do coco babaçu pelas mulheres quebradeiras de coco, historicamente é feita em florestas de babaçual que elas não possuem a titularidade de posse. São áreas reconhecidas como sendo ora do Estado, ora de fazendeiros, que as privavam de suas atividades de coleta e quebra. Com isso, a necessidade de explorar na natureza recursos necessários à sua sobrevivência e de suas famílias, as mulheres quebradeiras de coco babaçu vão sendo identificadas como inconvenientes, sofrendo ameaças físicas e psicológicas para não ocuparem terras “alheias”. Assim, pode-se perceber a forma embrionária da organização em prol da defesa da terra livre, os chamados “conflitos pela terra” que, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra<sup>6</sup> (2006),

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc. (CPT, 2006, p.10).

Todavia, o processo de luta pela terra que essas mulheres passaram e passam, não se encaixa somente em algo visto como um ato de revolução para a redistribuição de renda ou de bens em relação à posse de terras, mas, sim, um ato pela sua sobrevivência, e de seus familiares, que, ao terem esse ofício negado, têm conseqüentemente a diminuição da renda familiar ou, pode acontecer de eliminar a única forma de obtenção de renda da família, agravando a vida de quem já vive em pobreza extrema. Com a “proibição” essa realidade torna-se calamitosa, como podemos ver em Ayres Júnior (2007), citando Reydon (1986).

A luta dos trabalhadores agroextrativistas não foi movida por ideais políticos ou revolucionários (REYDON, 1986: 39), foi movida, isso sim, pelas condições materiais de existência e de reprodução. Se por um lado, o menor favor em relação às áreas de lavouras era compensado pela possibilidade de coleta do coco babaçu nas fazendas, por outro, o desmatamento e a proibição da coleta que se seguiu significou o cerceamento do canal de obtenção de renda que restava ao trabalhador e à sua família. (AYRES JÚNIOR, 2007, p.92).

Dentro do contexto historiográfico, os problemas oriundos dos conflitos de concentração de terras (latifúndios) são marcantes no Brasil, desde o século XVI, quando a coroa portuguesa, durante o período de colonização, concede as “capitanias hereditárias”<sup>7</sup>

---

6 A Comissão da pastoral da terra – CPT é uma organização não governamental criada em 1975 por representantes da Igreja Católica, ela tem como objetivo operar coletivamente pelos “direitos da terra e da produção familiar, ecológica e diversificada” (CPT, 2006).

7 As capitanias eram terras doadas pela coroa aos nobres (primeira divisão foi de 15 lotes dados a 12 donatários em 1534). Dentro do sistema sesmario, as terras doadas permaneciam como patrimônio do Estado Português e, por isso, os donatários possuíam poderes limitados: tinham o direito de usufruir a terra, mas não eram legitimados com o direito de propriedade (ANDRADE, 1995 apud NASCIMENTOS; SAES; ZYLBERZTAJN, 2010, p.6-7).

como também o “sistema sesmarias”. Estas duas situações históricas contribuíram na formação dos latifúndios, na distribuição de terra (NASCIMENTOS; SAES; ZYLBERZTAJN, 2010, p. 6).

Mais à frente no percurso histórico, Reydon e Plata (1995), completam que, com a combinação do fator de acúmulo de terra e do crescimento da modernização na agricultura brasileira, principalmente na década de 1990, os conflitos latifundiários se intensificaram mais ainda, devido à redução de empregos, como também o aumento das demandas sociais das mãos de obra dos trabalhadores rurais.

Portanto, esses conflitos ficaram mais complexos a partir da crise econômica das décadas de 1969 à 1990, com implantação de novas leis e regras governamentais, aonde, faziam a proibição de acesso a milhares de hectares de terras públicas tornando-as propriedades privadas, com a justificativa de serem “terras devolutas”. Ora, por conta desse processo de concentração de terras intensificou e “favoreceu” ainda mais as desigualdades sociais da região, já que muitos agricultores familiares e povos tradicionais foram perdendo as terras em que moravam e que era sua única forma de sobrevivência (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS; 2015, p.16).

Em concordância com os autores Nascimento, Saes, Zylberztajn (2010), os conflitos no Brasil transformaram-se ainda em algo mais grave devido as grandes demandas sociais provocadas pela crise econômica em meados dos anos 1980, com investimentos nos programas dos setores agrícolas, assim como mudanças institucionais que modificaram o ambiente de produção brasileira.

De acordo com Barbosa (2014) entre as décadas de 1970 a 1980 foi um período em que houve o aumento nas lutas sociais, o que demandou do campo cada vez mais representatividade desses grupos. Pois, foi especialmente nos anos 1980 que as mulheres conseguiram maior visibilidade nos conflitos sociais do campo. Dentro dessa conjuntura do meio rural brasileiro, as mulheres se puseram a lutar em favor de seus direitos como saúde, educação, moradia e alimentação. E, com isso, foi possível ocupar mais espaço na sociedade. Porém, segundo a CPT (1990) por mais que as mulheres estivessem ali presentes nos conflitos, a representação dessa luta não “favorecia” a sua participação, pois, elas eram vistas sempre como inferior, o que favoreceu naquele período a imagem masculina, que sempre foi vista como superior, ou seja, a representação ainda era exclusivamente voltada para imagem do homem.

Com todas as adversidades, os conflitos pela terra foram momentos marcados por muitas formas de violência simbólicas e físicas. Onde trabalhadores/as rurais, crianças, e, principalmente as mulheres camponesas, sofreram atrocidades, sendo despejadas de suas casas, presenciando cenas brutais, aonde os capatazes queimam suas residências por ordem dos chefes ou fazendeiros, deixando-as sem moradia, e submetendo-as a trabalhos escravos em suas terras. Como por exemplo: “várias mulheres, juntos com seus companheiros e filhos, foram levados à fazenda Arizona, e ali, todos eles foram submetidos a humilhantes condições de trabalho, maus-tratos, espancamentos, sevícias sexuais e lhes proibiram sair da fazenda”, (CPT,1990, p.14).

Era comum, além das submissões, de torturas psicológicas, prisões e ameaças, mulheres também sofreram outras ocorrências como os estupros, pois, segundo a CPT (1990, p.14): “Elas são “temidas” por sua persistência e resistência, quando querem lhes quebrar essa força, policiais, pistoleiros e empreiteiros apelam para a violência física e as atingem principalmente por meio da violência sexual”.

Assim, foi se espalhando essa conflitualidade por todo o território brasileiro, e em especial nas regiões onde as terras dos babaquais têm maior número de riqueza, como os já citados estados do Pará, Piauí Tocantins e Maranhão. Todavia, em particular, destaco o estado maranhense onde as “terras férteis” (CPT,1990, p.15) eram marcadas por grande concentração latifundiária, com pastos para criação agropecuária, o que implica em vasta queima de roças e destruição de palmeiras de babaçu. Tudo isso tem influenciado no desequilíbrio e devastação do meio ambiente, o que também ocasiona a ameaça à sobrevivência das mulheres quebradeiras de coco, pescadores, agricultores familiares, etc.

De acordo com Barbosa (2014) ao longo dos anos, a região nordeste, em particular o estado do Maranhão, se constitui em uma das áreas do Brasil com maior número de conflitos envolvendo trabalhadores rurais. Como podemos observar na estatística abaixo.

**Figura 1 : Gráfico com dados sobre o conflito de terra no Brasil nos anos 85/90**



Fonte: CPT, 1990, p.18

O crescimento no número de casos de conflito pela terra também foi acompanhado de uma maior violência tanto por parte dos latifundiários, ou seja, dos que se intitulam donos da terra, como também do Estado, resultando em grande número de mortes no país (CPT, 1990, p.19 )

Pode-se ver que nas regiões Norte e Nordeste foi onde os conflitos se acirraram com grande intensidade de violência. Ocasionalmente, assim, o aumento de casos de números de mortes. Como exemplo, a região norte que no ano de 1989 a 1990 teve o crescimento no número de assassinatos, passando de 14 para 30 mortes, e, as ameaças passaram de 37 para 50, já as tentativas de assassinatos, que eram 13, aumentaram para 14 pessoas vítimas de tentativas de assassinatos. (CPT, 1990, p.19).

A região do Nordeste foi uma das que mais sofreu com violência na luta pela terra e afetada pela seca. Como, por exemplo, pode-se citar o estado do Maranhão, que de acordo com a CPT (1990), foram registrados 38 conflitos, contra 26 no ano anterior, ou seja, teve um crescimento de aproximadamente 12% a mais do que no ano de 1989. Como pode-se observar na figura abaixo.

**Figura 2: Gráfico sobre o número de assassinatos nas décadas de 1985 à 1990**



Fonte: CPT, 1990, p.18

Em concordância com a CPT (1999) Oliveira (2001) evidencia que,

[...] a estatística dos mortos nas batalhas pela terra foi crescendo, dobrando, triplicando, quadruplicando. Nascia a UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. (OLIVEIRA, 2001, p. 192).

Em suma, os conflitos na luta pela terra foram marcados por várias lutas emblemáticas de muita violência, dores, fome, sofrimentos e mortes. Entretanto, se essas violências geraram a morte de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, elas geraram também formas de resistência pela libertação da terra e, também, contra a morte, dando força e coragem aos camponeses, para enfrentarem os “chefes e poderosos”, em defesa de seus direitos e pela sua liberdade para viver. Desse modo, os trabalhadores se articulavam e se organizavam, buscando estratégias de enfrentamento para combater todas as atrocidades impostas pelos jagunços<sup>8</sup> e pelo Estado.

Dados mais recentes da CPT apontam que os conflitos por terra cresceram sucessivamente nos últimos anos, e uma das razões desse aumento ocorreu, em boa parte, pelo discurso violento provindo pelo Governo Federal, que se posiciona a favor dos grandes proprietários rurais e grileiros, e contra os Movimentos Sociais do Campo, as extrativistas e trabalhadores/as rurais (CPT, 2020, 101).

<sup>8</sup> Criminoso contratado para matar; assassino, segurança, guarda-costas de uma pessoa influente, poderosa; capanga. Fonte: Dicionário online de Português, (2021). Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/jagunco/>>. Acessado em: 28/12/2021.

Segundo a CPT (2020, p. 101) os conflitos por terra obtiveram 1.254 ocorrências, 12% a mais do que em 2018, na qual computou cerca de 1.124 conflitos. Porém, o número de violência em 2019 ampliou constantemente contra as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas.

Com base na CPT (2020) as ocorrências de conflitos no ano de 2019, cresceram sucessivamente nas lutas pelo direito a terra, principalmente, devido ao número de pessoas/agentes envolvidas no ato, como bem é apontando pela CPT (2020, p. 101).

O montante de 2019 é dividido em: 1.206 Ocorrências, 25% a mais que no ano anterior, com 964; 43 Ocupações/Retomadas, 70% menos que em 2018; e 05 Acampamentos, que teve uma redução de 71%. O número de famílias envolvidas foi de 144.742, 23% maior que em 2018, com 118.080. O nº de Ocorrências em 2019 foi o maior registrado para a categoria em toda a série histórica documentada pela CPT, e significou uma média de 3,3 conflitos por dia. Outro número que surpreende é o tamanho da área envolvida nos conflitos, 53.312.543 ha, a maior em toda a série histórica documentada e 35% superior à de 2018, que já tinha sido 6% maior que em 2017. ( CPT, 2020, pág. 101)

De acordo com os últimos dados da CPT (2019/2020), a situação do Maranhão apresenta-se como um dos estados mais conflituosos, com aproximadamente 174 ocorrências de conflitos no campo. Tendo o ano de 2019, marcado como o período onde os conflitos por terra mais sofreram aumento de violências.

Pois segundo a CPT (2020) aponta que,

[...] Os Conflitos por Terra revelam, em 2019, mais um trágico aumento de violência individual, que a CPT chama de Violência contra a pessoa, por vezes extrema, a promover a eliminação física de camponeses, camponesas, indígenas, quilombolas e lideranças de suas lutas e resistências. Os dados principais: Assassinatos – 32, 14,3% mais que as 28 em 2018; Tentativas de Assassinato – 30, 7,1% mais que as 28 do ano de 2017; Ameaças de Morte - 201, 21,8% mais que as 165 de 2018. Sendo contabilizada 4 tentativas de mortes no estado do Maranhão. (CPT, 2020, pág. 103).

E, importante destacar que dentro desse campo brasileiro de conflitos por terra, as violências contra as mulheres camponesas aumentaram drasticamente no ano de 2019, onde, de acordo com os dados da CPT (2020, pág. 104), “102 camponesas, indígenas, quilombolas e lideranças foram vitimadas por: Assassinato – 3, Tentativa de Assassinato – 3, Ameaça de Morte – 47, Prisão – 5; Intimidação – 15, para além das diversas outras formas de violência.” (CPT, 2020, pág. 104)

## **1.2 Luta pela preservação da palmeira**

A palmeira do babaçu é caracterizada por haver frutos (cocos) agregados em forma de cachos, muito resistentes, de forma que preserva amêndoas que tem como uma de suas riquezas naturais a extração do óleo/azeite (Anderson e Balick, 1988; Anderson et al., 1988; May, 1990; Lorenzi et al., 2010 *apud* Silva; Bastos; Neto; Santos; Vieira; Barros, 2017), e normalmente tem alta densidade em vegetação secundária, mostrando-se em menores quantidades nas florestas, sendo constantemente vistas em áreas antropizadas, onde é conhecida como espécie dominante (Anderson e May, 1985; Peters et al., 1989; Anderson et al., 1991 *apud* Silva; Bastos; Neto; Santos; Vieira; Barros, 2017).

A palmeira também está inserida como um produto florestal não madeireiro de alta relevância ecológica, social e política como produto extrativista, onde, vai oportunizando a sobrevivência de centenas de famílias, com maior incidência nos estados do Maranhão e Piauí (EMBRAPA 1994; Afonso e Ângelo, 2009 *apud* Silva; Bastos; Neto; Santos; Vieira; Barros, 2017).

### **Figura 3: Palmeira de Babaçu**



**Fonte:** Arquivo da pesquisadora.

Sendo uma planta nativa, desde do início ela faz parte da vida e da economia das sociedades que habitavam estas terras. Efetivamente, as populações tradicionais aproveitam de todas as partes das palmeiras. Quando ainda é nova, seu talo é utilizado para fazer cercas ao redor das casas. Os troncos das Palmeiras eram usados para fazer pontes; mais atualmente servem também para produzir adubo orgânico. Suas folhas (palhas) eram muito utilizadas para cobrir as casas e também na produção de artesanato. As amêndoas retiradas do seu coco são riquíssimas em óleo, conhecido como azeite; para além disso, a casca do coco é usada como aproveitamento de combustível; seu mesocarpo, é rico em



fibras e sais minerais, como também é um produto muito usado na alimentação das crianças.

**Figura 4: Produções provindos da Palmeira do Babaçu**



**Fonte: Arquivo da pesquisadora.**

Com base nessa conceitualização a palmeira carrega consigo grandes significados na vida das mulheres rurais, pois, traz consigo uma fonte de renda e de sustentabilidade para a população. Diante disso, é vista pelas quebradeiras como “mãe”, que não deixa faltar alimento em casa, além, de ser considerada aquela que é provedora do lar, ou seja, para essas mulheres a palmeira é, sobretudo, a maior base de sobrevivência de muitas famílias rurais (BARBOSA, 2008,p.03).

Ainda para autora, “as representações das palmeiras revelam questões acerca das construções de gênero, os significados simbólicos de gênero frequentemente estão relacionados aos significados da natureza” (BARBOSA,2008,p.03). O simbolismo de afeto visto na palmeira como “ser mãe” ao que tudo indica é colocado pelo fato da criação primeiro de seus filhos, e cria-los quer dizer “alimentá-los”, cuida-los e “nutri-los”.

Por conta de sua riqueza e de toda a sua representatividade na vida das mulheres rurais, os proprietários das fazendas começaram a proibir a entrada das quebradeiras nos territórios aonde se encontravam as palmeiras, como também, começaram a derrubá-las e a queimar as terras para que fosse evitado o acesso das mesmas.

Com isso, na segunda metade do século XX, com a expansão das grilagens de terras na região Nordeste, os acessos aos babaçuais se tornam mais restritos, pois, os jagunços ameaçavam de morte as mulheres, caso elas entrassem no território. Todavia, as

quebradeiras não se silenciaram mediante às ameaças, mas do contrário, isso as impulsionou a lutarem, pois, se tornava necessário para a sobrevivência ter acesso à terra e aos palmeirais.

Dessa forma as mulheres rurais começaram a se organizar em lutas coletivas para assim garantir seus meios de sustentação de vida e de sua cultura. Portanto, logo no final da década de 1980, inspiradas ainda na luta da terra, como também, pela luta dos seringueiros contra a derrubada dos seringais no Acre, as mulheres camponesas começaram a se organizar em mutirões para impedirem a derrubada de palmeiras de babaçu (MATOS; SHIRAISHI; RAMOS; 2015).

Em concordância com Matos; Shiraishi; Ramos; (2015), Barbosa (2008) afirma que à tomada de decisão de “enfrentar restrições de fazendeiros/grileiros” surge pelo fato de impedir a derrubada das palmeiras, para isso, elas lutaram contra os proprietários, “tomando a frente em muitas das negociações, o que incentivou a emergência expressiva de um movimento organizado” (BARBOSA,2008,p.6).

É notório, a importância que tem o movimento social organizado, visto que através dele, essas mulheres começam a ter mais resistência, estratégias e coragem para combater as derrubadas da palmeira. Como é evidenciado por GOHN (1997) quando explica a importância dos movimentos sociais, onde ela diz que tais movimentos partem exclusivamente da cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atos sociais, cotidiano, representações, interação política, entre outras, assim, como o cotidiano cultural dessas mulheres, que as fizeram se juntar em prol de uma causa em comum, levantando sua bandeira de luta. (GOHN, 1997, p. 15).

A saber, Almeida (2008) coloca que,

[...] foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas. (ALMEIDA, 2008, p.30).

E, de acordo com Nascimento (2020) essas formas organizativas de mobilização das mulheres formavam outras alianças com outras corporações rurais, como por exemplo, os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR. Além disso, elas também seguiram outras formas geradoras de lideranças, entre elas estão as associações de

mulheres, abertura de sedes regionais do MIQCB, Centros de Formação e Escola da Terra entre outros.

Considerando que os movimentos sociais, resultam de um constructo cultural identitário que representam a história de vida de grupos sociais, no caso das quebradeiras de coco babaçu foi, também, o corte/derrubada, a queimada das palmeiras que simbolicamente impulsionaram o movimento.

Ainda na concepção de Almeida (2008),

[...] a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado. (ALMEIDA, 2008, p.30)

Portanto, as mulheres camponesas extrativistas lutaram cotidianamente contra o cercamento dos babaçuais, pela libertação da palmeira como bem da natureza, podendo ser livremente acessado pelas famílias que dela dependiam para sobreviver. (PAULA ANDRADE, 2007).

As lutas originárias do conflito pela terra fizeram com que os grupos de extrativistas conseguissem, a partir dos movimentos organizados, a aprovação de leis estaduais que proibisse a derrubada da palmeira, como bem é explicado por Mattos; Shiraishi; Ramos, (2015).

Em nível estadual, já foram aprovadas uma em Tocantins (nº 1.059, de 14 de agosto de 2008), que “dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências”, e uma no Maranhão (nº 9.428, de 2 de agosto de 2011), que cria o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco e reconhece a autoatribuição como critério válido para o reconhecimento das quebradeiras como povo tradicional. O estado do Piauí também aprovou uma lei criando o Dia da Quebradeira de coco babaçu.(MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS; 2015, P.18)

Porém, mesmo com a aprovação dessas leis estaduais, os avanços do agronegócio continuaram com o desmatamento dos palmeirais. O que gera tristeza nas extrativistas que realizam atividades tradicionais de respeito e preservação da natureza. Com isso, diversificaram os métodos de enfrentamento aos latifúndios recorrendo, inclusive, as forças espirituais presente em seu dia a dia, as quebradeiras produziram uma oração oficial que recebe o título “Ave Maria das Quebradeiras”.

Segundo LIMA, (2004) *apud* BARBOSA, (2014) “Ave Palmeira, que sofre desgraça, malditos derrubam, queimam e devastam bendito é teu fruto que serve de

alimento, e no leito da morte ainda nos dá sustento. Santa Mãe palmeira, mãe de leite verdadeiro. Em sua hora derradeira, rogai por nós quebradeiras” (LIMA, 2004 *apud* BARBOSA, 2014, p.71). Por meio dessa oração é perceptiva a profundidade das relações estabelecidas entre as quebradeiras com as palmeiras de babaçu, relações essas que extrapolam o nível do material, passando para a simbólica, tornando a palmeira em algo sagrado e maternal. Ao mesmo tempo em que roga à Virgem Maria pela proteção das palmeiras para que não aconteça mais derrubadas.

A priori as ações de resistências das quebradeiras estão baseadas em suas práticas culturais, como bem é representado em uma melodia musical criada por elas e cantada a partir do II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, 1993.

“Hei! Não derrube esta palmeira/Hei! Não devore os palmeirais/ Tu já sabes que não podes derrubar/ Precisamos preservar as riquezas naturais/ O coco é para nós grande riqueza/ É obra da natureza/ Ninguém vai dizer que não/ Porque da palha só faz casa pra morar/ Já é meio de ajudar a maior população/ Se faz o óleo para temperar comida/ É um dos meios de vida/ Pra os fracos de condição/ Reconhecemos o valor que o coco tem/ A casca serve também para fazer o carvão/ Com o óleo do coco as mulheres caprichosas/ fazem comidas gostosas de uma boa estimação/ Merece tanto seu valor classificado / que com o óleo apurado se faz o melhor sabão/ Palha de coco serve pra fazer chapéu/ da madeira faz papel/ inda aduba nosso chão/ Tela de coco também é aproveitado/ Faz quibano o cercado pra poder plantar feijão/ A massa serve para engordar os porcos/ Tá pouco o valor do coco/ precisa darem atenção/ Para os pobres este coco é meio de vida/ Pisa o coco Margarida e bota o leite no capão/ Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!/ Seja um pouco mais corajosa, segura na minha mão/Lutemos juntas com coragem e com amor/ Pra o governo dar valor a esta nossa profissão/ Santa Maria é a nossa companheira/ Grande força verdadeira que protege esta nação/ Que fortalece a nossa luta pouco a pouco/ E a mulher que quebra o coco pede a sua proteção”. (XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO: Arquivos da ASSEMA; Músicas Cantadas no II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, 1993).

A partir da letra da música (xote) percebemos as diversas utilidades da palmeira, desde suas folhas para o artesanato e cobertura das casas, até mesmo o uso do adubo orgânico gerado pelas palmeiras caídas. Podemos notar, também, com a repetição no seu refrão que, elas estão manifestando total oposição aos donos de terras que, mesmo com a aprovação de leis, a exemplo do estado do Tocantins (nº 1.059, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre a proibição de derrubada de palmeiras de babaçu), continuam derrubando as palmeiras. Os demais estados também lançaram as suas, no Maranhão foi a lei de nº 9.428, de 2 de agosto de 2011, já no Piauí e no Pará foram criadas a mesma lei que consideravam também como o dia das quebradeiras de coco, em homenagem essa data histórica da conquista, em 24 de setembro.

### 1.3 A Lei do “Babaçu Livre”

Diversas narrativas sobre os conflitos sociais, marcaram significativamente as histórias de lutas das quebradeiras de coco babaçu que desde a década de 1970, quando ainda estavam lutando pelo acesso aos territórios e pela preservação dos babaçuais. A partir da década de 1980 suas lutas ganharam uma nova pauta em favor do acesso aos babaçuais, que segundo Matos; Shiraishi; Ramos (2015).

A luta por acesso ao babaçu é uma atividade essencialmente coletiva. As quebradeiras de coco praticam ideais de solidariedade e igualdade entre si e com a natureza. Um costume que exemplifica esses ideais é nunca cortar o cacho inteiro do coco, mas coletar o coco que caiu naturalmente, respeitando seu ciclo de vida e permitindo que outras mulheres possam ter acesso. O entendimento dos recursos naturais como um bem comum também faz com que as quebradeiras se organizem para garantir a distribuição justa e solidária do que é coletado. (MATOS; SHIRAISHI; RAMOS, 2015, p.17).

É nessa conjuntura que se origina a ideia do “Babaçu Livre”. De acordo com Shiraishi Neto (2017), veio a partir da movimentação e organização das quebradeiras de coco em busca de direitos de exercer seu trabalho, lutando contra os atravessadores, que compram a amêndoa, *in natura*, por menores valores e revendem para a indústria com valor mais alto, como também em favor da inclusão das demandas das mulheres quebradeiras de coco babaçu no âmbito das organizações públicas do Estado, permitindo a sua representação nas tomadas de decisões, em busca da igualdade e da sua visibilidade nas demais esferas da sociedade.

As Leis do Babaçu Livre, segundo Almeida (2005) “tradicionalmente têm mantido aberto o uso do recurso natural sob a modalidade de uso comum” (ALMEIDA, 2005, p.30), ou seja, para além da garantia dos usos dos recursos naturais provindo da produção sustentável por meio dos babaçuais livres, garante também as mulheres o direito a existência, como sujeito de direitos políticos.

E, uma das maneiras utilizadas pelas extrativistas para conquistar permanentemente esse direito foi através de suas militâncias e engajamentos políticos como é evidenciado por Matos; Shiraishi; Ramos, (2015)

Uma das formas usadas para conquistar definitivamente esse direito para as quebradeiras foi a incidência política junto a parlamentares para a proposição de um projeto de lei nacional de acesso livre aos babaçuais. O Projeto de Lei nº 1.428 de 1996, conhecido como “Lei de Babaçu Livre”, tramitou regularmente pela Câmara até ser arquivado por força regimental, sendo posteriormente reapresentado três vezes, sem sucesso. Dadas as dificuldades para a aprovação do projeto, o movimento passou

a investir na estratégia de proposta de leis em âmbito municipal e estadual, a exemplo de outros movimentos brasileiros, especialmente de povos tradicionais. (MATOS; SHIRAISHI; RAMOS; 2015. P.17)

Para as quebradeiras de coco era muito importante o livre acesso, pois, lhes davam a possibilidade da tranquilidade para realizar as atividades de extração, sem medo de serem surpreendidas por jagunços mandados pelos donos das terras, para retirá-las de lá, como se elas tivessem invadindo, podendo elas entrar e sair sem nenhuma restrição, como é dito por Maria Alaídes: “o livre acesso é aquele que a cancela não tem um cadeado, que o colchete não tem cadeado, esse pra nós é o livre acesso.” (ENXERTO DA ENTREVISTA DE MARIA ALAÍDES, LAGO DOS RODRIGUES, maio de 2015 *apud* NETO, JOAQUIM SHIRAISHI, 2017, p.150).

A “Lei Babaçu Livre” foi primeiramente aprovada na cidade Lago do Junco no Maranhão, como colocam Matos, Shiraishi e Ramos (2015) e, a partir daí, ela começou a ser aprovada em vários outros municípios, também do mesmo Estado como em outros, sendo ela considerada pelos fazendeiros um problema, pelo fato de darem liberdade de serem explorados recursos naturais, como o babaçu, de forma comunitária, separando tais recursos de suas terras, alegando eles que a Lei do Babaçu Livre afeta o princípio de propriedade privada,

A primeira lei municipal do babaçu livre aprovada foi a nº 005/1997, em Lago do Junco. A partir da incidência política do movimento em municípios nos quais atua, já foram aprovadas pelo menos 14 leis municipais. No Maranhão, além da já citada, foram aprovadas leis em Lago dos Rodrigues (nº 32/1999), Esperantinópolis (nº 255/1999), Pedreiras (nº 1.137/2005), Lago do Junco (nº 01/2002); São Luís Gonzaga (nº 319/2001); Imperatriz (nº 1.084/2003), São José dos Basílios (nº 052/2005) e Cidelândia (nº 001/2005). Atualmente, o movimento está elaborando uma proposta para apresentar no município de Matinha. No Tocantins, foram aprovadas leis nos municípios de Buriti do Tocantins (nº 058/2003), Axixá do Tocantins (nº 306/2003), Praia Norte (nº 001/2003) e São Miguel do Tocantins (nº 05/2005). No Pará, foi aprovada uma única lei, em São Domingos do Araguaia (nº 934/2004). No Piauí ainda não foi aprovada nenhuma, mas a coordenação regional está discutindo a possibilidade de apresentar uma proposta no município de Esperantina. (MATOS; SHIRAISHI; RAMOS; 2015, p. 18).

O nível de importância da implantação dessas leis, também, se dá pela representatividade delas, demonstrando a força da luta dessas mulheres, tanto para manterem suas sobrevivências, como pela manutenção da natureza, tornando-a mais sustentável (MATOS; SHIRAISHI; RAMOS; 2015, p.19). Contudo, avaliam que não devem deixar de lutar, pois, mesmo que se encontre no papel a lei, o descumprimento da mesma, deve ser denunciado, valorizando assim a luta das mesmas.

Somente ao observar o estado da arte das lutas das mulheres quebradeiras de coco babaçu percebe-se o quanto a relação de gênero está presente nas narrativas e nos registros teóricos sobre elas. A luta é representada por mulheres contra os homens fazendeiros e seus subordinados, sendo submetidas à violência física, simbólica, material e psicológica, porém sem recuar na sua auto organização, na defesa de seus direitos, pela preservação ambiental e cultural a que pertencem.

## 2. Lideranças em movimento: A construção identitária das mulheres líderes da AQCB

A construção identitária das mulheres camponesas foi marcada por muitas lutas, sofrimentos, violências e mortes. E, diante das inúmeras atrocidades elas resolveram se posicionar, organizando-se aos poucos de forma coletiva para lutar pelos seus ideais. A partir de então, essas mulheres começaram a se autodeclarar ou identificar como mulheres quebradeiras de coco babaçu, que conforme REBELO (2012),

A construção da identidade de mulher quebradeira de coco babaçu aconteceu de forma lenta e gradual, um momento em que as mulheres quebradeiras eram vistas pela sociedade local como praticantes de uma atividade extrativa, mas estavam dispersas pelo território (Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins), logo a autodefinição de mulher quebradeira de coco babaçu não era pensada, manipulada ou apropriada por essas mulheres coletivamente (REBELO,2012, p. 94).

Segundo Almeida (2005) citado por Brito (2019), as formas como essas mulheres se veem, se posicionam e se consideram é como quebradeiras de coco babaçu, isso por conta de suas experiências, que vêm passando tanto nos seus momentos de trabalho quanto em qualquer outro ambiente social em que estão inseridas.

Dando continuidade ao pensamento de Almeida (2008, *apud* BRITO, 2019), a formação de uma identidade coletiva pode ser gerada como resultado positivo na reivindicação por direitos, principalmente, quando esses grupos sociais tem uma possível garantia de que eles podem lutar por esses direitos. Refere a autora:

[...] ao se representarem como quebradeiras de coco babaçu, essas mulheres assumem uma memória e um caráter de identidade coletiva, se organizam em movimentos de resistência e de luta para atuar politicamente na justiça para garantir seus direitos. É assim, como as quebradeiras de coco se comportam perante a sociedade, elas acionam seu passado, intensificando sua memória, como indivíduo atuante na esfera social, que busca uma afirmação de identidade ao poder público, através de políticas públicas que possam assegurar os seus direitos. (BRITO, 2019, p. 59-60)

Com isso, percebe-se a importância da organização dessas mulheres como um conjunto, tornando-se mais forte em busca de garantias e sustentação de seus direitos. Ao se afirmarem como sendo de uma classe, ou seja, a classe das mulheres quebradeiras de coco babaçu, principalmente levando em consideração o processo cultural passado por elas, define exatamente o que elas têm em comum, podendo ser incisivas na busca da melhoria



na prática de seu exercício, se colocando como tal e se apropriando de forma mais concisa, apontando pontos específicos que somente quem é pertencente de sua classe conhece.

As histórias das quebradeiras de coco partem das narrativas das memórias individuais, carregando consigo elementos primordiais na construção da identidade coletiva, é diante desse elo, que mais tarde as mulheres camponesas do povoado Morada Nova, município de São José dos Basílios-MA, sentiram a necessidade de unir força e se organizarem politicamente, para também fazerem parte desse coletivo. E, de acordo com HALBWACHS 1990 *apud* OLIVEIRA 2018,

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto. (HALBWACHS,1990. p.51 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 27)

Ou seja, ainda que se tenha características comuns em relação à cultura dessas mulheres como quebradeiras de coco babaçu, pelo fato de estarem em regiões diferentes, muitas das vezes com aspectos distintos, se tratam de experiências únicas em uma construção de uma memória coletiva como um todo.

A construção da identidade se compõe também a partir das relações de poder que são estabelecidas pelo próprio sujeito, assumindo, também, a forma de identidade de resistência daqueles que estão sendo dominados ou a de identidade de projeto coletivo. No contexto das quebradeiras de coco, essa construção trata-se de uma mistura que se subdivide em duas maneiras, a primeira uma construção voltada para política, que se torna aceita pelo aparelho de poder. A segunda, uma identidade coletiva pela qual as mulheres começam a afirmar ser quebradeiras de coco babaçu (CECCHIN; SILVA, 2015).

Para Tadeu da Silva (2014), essa questão da identidade é uma relação social, discursiva e linguística, e que estão sujeitas a forças de vetores e a relações de poder, isto é, as relações de poder são uma conexão forte que define a identidade e que marca a diferença pela qual elas são formadas.

Destarte, devido a autonomia dessas mulheres, houve uma conquista no campo da identidade. Pois, ser quebradeira de coco, ainda para muitas, era um trabalho vergonhoso, era uma condição dos menos favorecidos e muitas não tinham vergonha, no entanto, diziam ter para poder se defender daqueles que ameaçavam suas vidas, ou seja, não assumiam a

identidade de mulher quebradeira de coco como uma forma de proteção pessoal e de seus familiares, se autodeclarando apenas como campesinas ou donas do lar. É, somente, com a organização do movimento, que as mulheres deixaram de ter “vergonha” e medo, começando a se orgulhar daquilo que faziam (CECCHIN; SILVA, 2015).

Nas palavras de Woodward<sup>9</sup> (2014), essa construção da identidade perpassa tanto por questões de mudanças quanto por transformações, ambas estão marcadas entres os conflitos de lutas pelas mudanças sociais, econômicas e políticas, tanto é que essa construção identitária é fortemente marcada pelas questões culturais e simbólicas.

A autora ainda afirma:

[...] Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem, ele proporciona alguma certeza em um clima de mudança, fluidez e crescentes incertezas. [...] As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. (Woodward, 2014, p.25 - 40)

Assim, as metanarrativas individuais das mulheres quebradeiras de coco babaçu, partem dos ambientes de suas residências e de seu ambiente coletivo como a própria Associação e a Igreja Católica. Durante os registros individuais realizados com algumas quebradeiras de coco, pude entender ao longo dos encontros e dos estudos feitos, itens fundamentais sobre como ocorreu o processo de construção da identidade como um todo, isto é, como se formou essa identidade coletiva.

Como forma de entendermos quais foram esses elementos que ajudaram nesse processo de identidade coletiva, apresento aqui as mulheres quebradeiras de coco babaçu do povoado Morada Nova, município de São José dos Basílios - MA, na qual me permitiram ter uma compreensão dessa identidade formada pelas suas coletividades.

Gonçala Valéria da Silva Ferreira, conhecida por todos como dona Gonçala do Romão<sup>10</sup>, ou Tia Gonçala<sup>11</sup>, 66 anos de idade, declara ser mulher negra, mãe de dez filhos, sendo nove filhos de sangue e uma filha adotiva, tendo conseguido apenas criar cinco filhos, pois, os demais vieram a óbito. Nascida no povoado Morada Nova, que na época de seu nascimento fazia parte do município de Presidente Dutra-MA, atualmente, o povoado se tornou município de São José dos Basílios-MA. Dona Gonçala perdeu seu pai ainda na

---

9 Livro “Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais” organizada por Tomaz Tadeu da Silva, em 2014.

10 Falecido marido.

11 Apelido recebido por ter sido catequista de várias crianças da Igreja Católica de Santa Cruz.

infância, sendo esse o motivo pelo qual teve que começar a trabalhar precocemente, quando ainda tinha dez anos de idade, na roça. Aprendeu a quebrar coco sozinha, tendo ainda que cuidar de casa e de seus irmãos mais novos, pois, sua mãe quase não tinha tempo de ficar cuidando dos filhos, pelo fato de também ter que fazer esses trabalhos braçais, para dar o sustento para ela e seus outros irmãos.

Dona Gonçalves relata que muitas das vezes teve que ser cuidada pelos vizinhos para ter o que comer, vestir, calçar, já que sua família não tinha condições financeiras. Ela comenta que uma de suas características foi sua interatividade e seu espírito de liderança, pois, sempre gostava de brincar de ensinar, por mais que tivesse sofrido muito em sua infância, não se deixava abater com as dificuldades. Não tendo oportunidade de estudo formal, conseguindo estudar apenas até a 5ª série do ensino fundamental menor, tendo que continuar trabalhando, já que ela não conseguia conciliar o trabalho com os estudos.

Eu sempre fui muita esperta, gostava de estar fazendo essas coisas para ajudar as pessoas, e nunca eu mim deixava ficar triste diante da dificuldade né, acho que por isso eu sou muito conhecida aqui no interior, por conta de minha participação ativa aqui. [...] eu não tive estudo só estudei até a 5ª série, porque naquela época nós não tinha oportunidade, era somente trabalhar. [...] aprendi a quebrar coco sozinha vendo apenas minha mãe e as muíe (mulheres) a quebrar eu via como elas fazia e um dia quando minha mãe foi para os matos eu disse para ela que eu queria quebrar e foi aí que eu comecei. (FERREIRA<sup>12</sup>, 2019)

Dona Gonçalves, gostava de estar dentro dos movimentos, era uma menina ativa, e por conta disso, ela se tornou líder ainda na juventude de um grupo de crianças da Igreja Católica para ensinar o catecismo. A mesma, casou-se ainda na adolescência com Romão Orlando, tendo que continuar ajudando, agora o marido, nos serviços de roça e ainda continuava na quebra de coco. Logo começou a ter seus filhos com o esposo e, para os filhos não terem que trabalhar ainda criança e não pararem de estudar, ela ia no lugar dos filhos para roça, para assim os mesmos poderem ir para escola. Durante esse tempo continuou se projetando como liderança da igreja, passou a ser coordenadora geral da igreja do povoado, cantando nas celebrações e ajudando a comunidade em seu desenvolvimento, organizando festivais – como festas de casais. Atividades realizadas em prol das famílias que estavam passando necessidade. Ela organizava cestas básicas com o que era arrecadado nos festivais e dava para as famílias carentes no interior. Por conta de sua participação

---

12 Gonçalves Valéria da Silva Ferreira, dona Gonçalves do Romão, entrevista concedida em sua residência em 2019.

sempre ativa na comunidade, ela passou a ser criticada por algumas pessoas, principalmente, por aqueles que possuíam renda familiar, ou seja, pelos fazendeiros.

Dona Gonçalves com sua participação na comunidade, com a ajuda da irmã Verônica<sup>13</sup> e do Padre Marcos<sup>14</sup>, mobilizou grupo de mães convidando para elas se juntarem com outras mulheres do município de São José dos Basílios que também estavam se organizando em movimento para lutarem por uma valorização do coco babaçu, já que todas as mulheres de baixa renda sustentavam suas famílias através dele.

**Figura 5: Reunião das Mulheres Sócias da AQCB em São José dos Basílios -MA, coordenada pela Dona Gonçalves Valéria<sup>15</sup>.**



**Fonte: Aldina Melo, (2012)**

Dona Gonçalves mesmo sem o apoio do marido não parou de lutar, ainda que fosse criticada pelos homens e sem apoio familiar, saía de casa em casa do povoado convidando as mulheres para fazerem parte do movimento de mães quebradeiras de coco e, assim, se fundou o primeiro grupo de mulheres quebradeira de coco da Morada Nova. A mesma se tornou logo de início Presidente desse grupo e, mais ou menos cerca de um ano, se tornou Presidente da Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu de São José dos Basílios. Foi Presidente durante quatro anos e depois se tornou por dois anos vice-presidente da cooperativa, tendo um total de seis anos na frente direta da coordenação.

No percurso inicial de organização da AQCB, dona Gonçalves sempre foi criticada, recebendo por vezes ameaças dos jagunços, mas, mesmo assim, ela continuava sua

13 Freira da igreja católica e fundadora da organização e construção da associação de Quebradeira de Coco Babaçu de São José dos Basílios-MA.

14 Padre Marco Bassani natural de Milão- vindo para o Brasil em 2002 foi um dos apoiadores e colaboradores que ajudaram na construção identitária das mulheres da AQCB de São José dos Basílios-MA.

15 Dona Gonçalves – Localizada no centro da imagem, com vestimenta de calça azul claro e blusa rosa, com um bloco de folhas na mão esquerda.

caminhada na luta pela construção da associação. Atualmente, a mesma é viúva e parou de quebrar coco no ano de 2020 devido ter desenvolvido problemas de artrite<sup>16</sup>, porém, sempre que precisam dela na cooperativa, ela participa. A mesma ainda continua sua participação fortemente dentro da igreja, não sendo coordenadora geral, pois, entregou a coordenação da igreja ano passado (2020) para seu sobrinho, ajudando hoje em dia apenas na parte musical da igreja.

Francisca Oliveira de Sousa, conhecida por todos como Dona Pezeta<sup>17</sup>, 59 anos de idade, mãe de 4 filhos e avó de 4 netos, sendo dois de seus netos criados por ela desde criança, negra, brasileira, nascida no povoado Lago Grande, município também naquele período de Presente Dutra – MA. Atualmente o povoado faz parte do município de São José dos Basílios-MA. Estudou apenas até a 4ª série do primário, pois, desde pequena teve que ajudar os pais em casa. Casou-se em 1984 ainda na adolescência com o senhor Francisco Macedo de Souza e mudou-se para o povoado Morada Nova com o seu esposo. Ingressou sua vida na quebra de coco somente após seu casamento época que começou a aprender com outras mulheres como se quebrava coco.

Além de quebrar coco, dona Pezeta também ajudava seu marido na roça, na plantação e colheita de arroz, milho e feijão. Logo, dona Pezeta começou também a participar dos movimentos da igreja organizados pela Dona Gonçalves e, aos poucos, foi se envolvendo em outros movimentos como, por exemplo, o das mães quebradeiras de coco do povoado, sendo, uma das líderes do movimento, colaborando como vice tesoureira da organização por dois anos e, posteriormente, fazendo parte do Conselho Fiscal da cooperativa.

Dona Pezeta, por ter esse espírito de liderança, sempre ensinou seus filhos desde cedo a se envolverem nos movimentos, em especial, suas três filhas Deybde, Deilinha e Darlene, ensinando a elas a quebrar coco e a lutar pela igualdade e direitos.

[...] Eu quebro coco desde quando casei, eu amo minha profissão, por isso desde cedo ensinei as meninas daqui de casa também essa profissão. Hoje as três sabe quebrar coco, cuidar de casa e ainda ajudar o pai dela na roça, porque aqui em casa é assim né, tem que estudar mais também tem que trabalhar, porque a vida não é fácil né. (SOUSA<sup>18</sup>, 2019)

---

16 Artrite é uma doença causada pela inflamação das articulações das mãos, pés, pescoço, joelho e, etc.

17 Apelido Recebido após o seu casamento, pois, era apelido reconhecido do seu esposo.

18 Francisca Oliveira De Sousa – dona Pezeta, entrevista concedida em 2019.

A fala da quebradeira mostra o desejo da continuidade de manter viva sua cultura através das gerações futuras. Pois, conforme é afirmado pelo antropólogo ALMEIDA (2009) *apud* OLIVEIRA (2018) “ Não há uma regularidade e mesmo quando se passa de geração em geração o conhecimento vem sempre redefinido, vem sempre com uma nova roupagem e novos significados. ( ALMEIDA, 2009, p. 09 *apud* OLIVEIRA, 2018, p.33)

Sua paixão pela profissão de quebradeira de coco, fez com que dona Francisca Pezeta recebesse sempre o apoio do marido e, fez ela ir à luta pelos seus direitos. Ainda hoje dona Francisca mesmo sendo aposentada, continua fazendo parte da associação como sócia, indo para os “matos” quebrar coco com suas outras colegas. E, atualmente faz 36 anos morando no povoado.

**Figura 06: Dona Francisca Pezeta<sup>19</sup> - Fazendo à abertura do Encontro das Sócias da AQCB – São José dos Basílios-MA<sup>20</sup>**



Fonte: Aldina Melo, (2012)

Euzirene Pereira de Sousa Moura, Dona Euza, 55 anos de idade, negra, mãe de nove filhos, nascida no povoado Couro Dantas dos Quatis, período também que o município fazia parte de Presidente Dutra-MA, e atualmente, o povoado faz parte do município de São José dos Basílios -MA. Depois de seu nascimento, mudou para o povoado vizinho Morada Nova, onde residente até hoje. Tendo estudado somente os anos iniciais do ensino fundamental, deixando de estudar para ajudar sua mãe nos serviços braçais, já que perdeu seu pai muito cedo, tendo sua mãe que criar ela e seus irmãos sozinha. Devido a isso, dona Euza começou a ir junto com sua mãe para os matos quebrar coco, aprendendo juntamente com suas irmãs como se quebrava. Vendo o sofrimento que sua mãe passava para cria-los somente com a renda da quebra do coco, dona Euza logo se inseriu dentro dos movimentos

<sup>19</sup> Dona Francisca – Mulher que está usando o microfone e com um caderno de anotação na mão, usando óculos, vestimenta blusa rosa claro e um short longo jeans.

<sup>20</sup> Imagem autorizada pela entrevistada.

acompanhando sua mãe nos encontros e reuniões das mães quebradeiras de coco no povoado. Já percebendo a importância dessa luta, dona Euza ajudava nas organizações dos encontros, cantando e indo às ruas do povoado com as demais quebradeiras para reivindicar seus direitos.

**Figura 07: Dona Euza<sup>21</sup> na Reunião com as Mulheres Sócias da AQCB – São José dos Basílios-MA<sup>22</sup>**



**Fonte: Aldina Melo, (2012)**

Logo, na adolescência se casou com Seu Manoel Cicero Moura, e juntos construíram uma família morando ainda no povoado Morada Nova. Mesmo casada dona Euza ajudava sua mãe nos custos alimentícios, já que sua família, sofreu muito quando ela era criança, pois, passou fome diversas vezes não tendo o que comer com seus irmãos, isto, porque, às vezes, sua mãe não tinha dinheiro para comprar arroz e feijão.

[...] eu casei novinha com o Cico, porque eu queria ajudar mamãe, aí eu pensei né que quando eu casasse eu ia ter como ajudar mamãe. [...] lembro quando nois era crianças eu via mamãe preocupada porque naquele dia ela não tinha dinheiro pra comprar arroz e feijão para nois, porque nois nunca tivemos terra pra trabalhar e plantar nosso arroz, aí era o jeito nois comprar, e quando nois não tinha dinheiro nois comia era manga com farinha e era muito bom. (MOURA<sup>23</sup>, 2019)

Sufrimento e fome marcaram a vida de dona Euza, mais mesmo diante disso, não desistia de lutar por uma condição melhor de vida para sua família. Quando casou, continuou participando do grupo de mães quebradeiras de coco, recebendo o convite de

---

21 Euzirene Pereira – Segunda mulher com blusa rosa, localizada ao centro da imagem.

22 Imagem autorizada pela entrevistada

23 Euzirene Pereira de Sousa Moura – Dona Euza, entrevista concedida em 2019

Dona Gonçala para fazer parte como sócia da organização, mesmo sendo criticada e, muitas das vezes sem o apoio do marido, ainda assim, dona Euza aceitou o convite, pois, queria ajudar a melhorar não somente a vida de sua família, mas, também, de todas aquelas outras mulheres. Então, fez parte do Conselho Fiscal da associação por dois anos, logo em seguida se tornou também tesoureira por mais dois anos. Atualmente, dona Euza ainda faz parte da associação e continua quebrando coco, juntamente com outras mulheres da cooperativa.

Dessarte, com base nas narrativas dessas mulheres, foi possível entender os elementos que se agregam na formação da identidade de quebradeira de coco. Noutras palavras, a construção identitária dessas mulheres mostra como procedeu esse processo de articulação para suas construções de identidade. Até mesmo, percebemos que essa atividade braçal, exercida afim de garantir seu sustento é presente em suas vidas desde crianças. Diante disso, pode-se acrescentar o que é explicado por Hall (2014) na qual conceitua a identidade como “um processo de articulação, uma suturação, uma sobre-determinação” (HALL,2014,p.106).

Ainda nas palavras citadas por OLIVEIRA (2018, p.30), a qual conceitua “o termo ‘identidade’ como um ponto de *sutura*, entre, [...] discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar” (HALL,1995; 2014, p.111-112). O autor ainda afirma que,

[...] para assumirmos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, [...] que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL,1995;2014,p.112).

Em concordância com o autor, e considerando as narrativas das mulheres quebradeiras de coco, pude constatar que elas trazem consigo, a partir de suas vivências individuais, elementos que mostram o quanto a composição da identidade de quebradeira de coco babaçu é uma dentre tantas assumidas pelas mulheres para que estas mobilizem e tenham direito de voz dentro de uma sociedade moderno-excludente.

O movimento social sempre estava interligado na história dessas mulheres líderes da AQCB. Mesmo quando ainda eram crianças, carregavam consigo um espírito de liderança e a força de vontade de mudança, pela igualdade, respeito, valorização e por uma condição de vida mais digna. Com isso, destacamos outro elemento importante nessa construção que foi a sua forma de organização e intervenção social. Como bem é explicado por GOHN (2013),



A sociedade [...] organizada é vista como parceira permanente na Participação Cidadã. A chamada “comunidade” é tratada como um sujeito ativo, e não como coadjuvante de programas definidos de cima para baixo. A participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública. Para que venha a ocorrer a Participação Cidadã, os sujeitos de uma localidade/comunidade precisam estar organizados/mobilizados de uma forma que, ideários múltiplos fragmentados possam ser articulados. [...] Na luta pela igualdade, a sociedade deve se organizar politicamente para acabar com as distorções do mercado. (GOHN, 2013, p. 241-242)

A autora também argumenta que os movimentos sociais surgem como um paradigma de “[...] cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política”. Ou seja, esses movimentos ajudam na formação da identidade coletiva, nas representações coletivas, bem como nas articulações “[...] micropolítica do poder, política de grupos sociais” (GOHN, 1997, p. 15).

Para Almeida (2006,p.79-80 *apud* BARBOSA, 2014, p. 135) os movimentos sociais servem como um novo sistema de organização em que vem “assegurar os seus direitos trabalhistas”. Isto é, essa união tinha como objetivo lutar pela garantia de seus direitos.

Mas outro elemento-chave na formação identitária, é a forma como essa atividade é aprendida é repassada de geração a geração. De modo geral, essas práticas são repassadas por mulheres, adultas e jovens, quilombolas, indígenas, agroextrativistas, mães, avós, filhas e companheiras, por isso, as mulheres que fizeram uso desse ensinamento, transmitem esses saberes como forma de manter viva sua cultura por meio das suas filhas.

Diante disso, destaco o elemento cultural como parte dessa identificação coletiva das quebradeiras de coco babaçu, como é visto no discurso do antropólogo Roque de Barros Laraia (2008), “a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo” (LARAIA, 2008, p.49).

Os saberes tradicionais das quebradeiras, também estão inclusos, não somente na questão cultural, como também estão ligadas com a economia política que percorre pelos próprios usos informados por elas do cultivo do coco babaçu, sendo que essa mercadoria se tornam uma base fundamental para uma emancipação e sustendo da vida destas. Pela qual, é enfatizado na fala de Dona Euza (2019).

O babaçu é muito importante pra mim, não digo só pra mim, eu acho que pra todas as sócias né, porque nois fazemos nossas produções de sabão, azeite, carvão essas coisas

né, e daí nois tiramos nosso sustento para criar nossos filhos e ajudar né nossa família, por isso eu digo aqui em casa, que o babaçu é tudo pra minha vida. (MOURA<sup>24</sup>, 2019).

Nesta acepção, sintonizo a importância simbólica de reconhecimento e os valores representativos que o babaçu reflete na vida social das mulheres, que passam a identificar o coco babaçu como componente de afirmação de suas identidades, além de trazer consigo as memórias e os esforços de suas mobilizações sociais, no sentido de lutar pelo fim do rompimento com as estruturas impostas pelo patriarcado, que não valorizavam os seus trabalhos e as proibira de entrar em seus territórios para a coleta e quebra do coco.

A recordação de tais memórias representa para essas mulheres as diversas etapas que elas tiveram que enfrentar para romper com o patriarcado, como é relatado por dona Euza Moura (2019): “quando a gente lembra aquele tempo, vem na cabeça os homi que brigavam com a gente, humilhavam nois e diziam que nosso lugar e no fogão cuidando de nossos fie e de nossa casa” (MOURA, 2019, entrevista concedida em sua casa).

Para Almeida (2008), os grupos utilizam algo em meio ao seu ambiente físico-espacial como forma característica de união social de representação de tal modo como grupo social, carregando, assim, um significado para o todo, como exemplo, “mulheres quebradeiras de coco babaçu”, como refere o autor:

Os símbolos também politizam a propriedade intelectual dos saberes ditos “tradicionais”, que não podem ser reduzidos a uma simples oposição ao “moderno”, alargando os tipos de reconhecimento para além das identidades regionais, que vinculam as identidades coletivas a unidades da federação, a bacias hidrográficas, a ecossistemas determinados e a acidentes naturais. (ALMEIDA, 2008, p.95).

Levando em conta essa vasta abrangência vinculada ao simbolismo representativo na formação identitária comunitária, nos leva a refletir o quanto é amplo o significado dessa construção dentro dos movimentos sociais. Sobretudo, quando a socialização desses recursos naturais se torna uma parte familiar na vida das quebradeiras, como o próprio símbolo entranhado na palmeira considerada por elas como uma “Mãe”. A partir dessa concepção, observamos a presença da relação de gênero como parte construtiva dessa identidade, desde a relação da palmeira visto como uma representação feminina, até mesmo as suas formas de resistências de se autodeclarar como mulheres quebradeiras.

---

24 Euzirene Pereira de Sousa Moura - dona Euza, entrevista concedida em sua residência, em 26 de novembro de 2019.

## **2.1 Gênero e identidades das Quebradeiras de Coco Babaçu no Povoado Morada Nova**

Os elos de gênero vividos no dia a dia, em distintos locais e tempos, apontam, para as dificuldades e inseguranças. Com isso, a realidade das mulheres quebradeiras de coco babaçu também não se distancia desta perspectiva, pois, muitas sofrem só pelo fato de serem mulheres e conviverem em uma sociedade que as colocam como sujeitos inferiores. De acordo com Barbosa (2014) essas “relações assumem uma amplitude de questões e construções sociais a respeito de ‘ser homem’ e do ‘ser mulher’ e são perpassadas por relações de poder” (BARBOSA, 2014, p.140).

É evidente, também, o quanto as relações de gênero perpassam na construção de identidades de quebradeiras de coco. Portanto, compreendo que a identidade é vista como algo que ocorre por meio da autodefinição de si, relacionando com a forma do outro associar essa autodefinição. Da mesma forma, minha compreensão de gênero ressoa como uma categoria de relações, expressa em falas e práticas, pela qual debatem acerca das construções socioculturais, como também, “sócio–históricas” sobre feminino e masculino.

Sabemos que os elos identitários das quebradeiras de coco babaçu se revelam de maneiras múltiplas, e, se articulam a outros tipos de identidades. Pois, não existe apenas quebradeiras de coco, logo que, antes mesmo de se autodefinirem como quebradeiras, elas declaram ser mulheres que exercem a profissão de quebrar coco babaçu, como também, assumem seu papel de mães, esposas, avós, lavradoras, entre outras identidades. Como é reafirmado na entrevista com Dona Euza, quando a mesma diz “Eu sou lavradora, mãe, avó, esposa e ao mesmo tempo eu também sou quebradeira de coco, porque do mesmo jeito que trabalho na roça eu também quebro coco”. Como se pode verificar com base na declaração de dona Euza são identificações assumidamente heterogêneas.

Todos os caminhos percorridos para o resultado dessa afirmação tiveram como grande contribuição o movimento MIQCB que vem acompanhando e articulando desde o início formas e estratégias que pudessem ajudar todas as mulheres a se encorajarem e a terem força para lutar e assumir sua identificação tal como desejassem. Com isso, o MIQCB engloba tanto as que já faziam parte da federação organizativa como também objetivava alcançar as mulheres que não tinham vínculo, especialmente, aquelas mulheres da zona rural.

Com isso, as mulheres que fazem parte do MIQCB, também pleiteiam serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, isso porque, uma vez que exercem uma atividade

configurada como trabalho masculino (como o trabalho da roça), ficam sendo reconhecidas também como trabalhadoras rurais, porém, tendo sua identificação de quebradeiras de coco preservada. Acerca disso, elas assumem identidades étnico-racial, pois, é a partir dessa afirmação que são formuladas estratégias que ajudam a fortalecer ainda mais a defesa do meio ambiente, bem como a proteção dos recursos naturais.

De fato, as quebradeiras, a partir dos movimentos sociais, se fortificam ainda mais para romper com os paradigmas impostos sobre elas, principalmente, para alcançarem representatividades dentro da sociedade, em que as questões de gênero as colocam como excluídas da história, na qual muitas são silenciadas ou mesmo esquecidas, sendo em algumas situações reconhecidas apenas como donas do lar, ou como sujeitas subalternas. Evidentemente, a identidade étnico-racial tem sido parte integrante nos debates do MIQCB, isso pelo fato desse movimento ter como pautas de discussões em seus encontros, romper com as discriminações que são destinadas as mulheres quebradeiras de coco babaçu, como também, de lutar pela igualdade de ter seus direitos reconhecidos e pelo bem-estar social. Como bem é nítido na fala de dona Euza quando diz “A gente sempre foi criticada, eu acho que isso é discriminação, porque nunca recebemos apoio de nenhuma pessoa, sempre ouvimos piadas dos donos das terras, e eu acho que isso é discriminação contra nós e contra também nossa profissão”. Ela ainda acrescenta que,

[...] essas piadas que eles dizem com nós, eu ficava com medo porque eu sentia que eles falavam com um jeito de como tivesse ameaçando a gente, mesmo muitas das nossas (quebradeiras) não ver isso, eu via como se fosse ameaça, eu só não fazia dizer, porque eu também não queria deixar minhas companheiras com medo. Eles jogavam piada assim como nós, “não tem o que fazer e vem pra dentro de minhas quintas só pra conversar”, outra vez eles falavam “hoje vou deixar meus cachorros e meus gados tudo soltos na quinta” [...] pra mim eu acho que isso é discriminação, eu não sei muito sobre isso, porque eu não tenho estudo e não sei as coisas, mas eu acho que isso, também pode ser discriminação. (MOURA, 2019).

Cabe lembrar que a discriminação de gênero também acontece pelo simples fato de as mulheres quebradeiras de coco assumirem uma atividade fora do ambiente doméstico, tendo conquistado a partir de seu trabalho sua própria renda e sustentabilidade sem precisar da ajuda masculina. No que diz respeito a isso, Barbosa (2014) acrescenta que “o fato é que muitas quebradeiras de coco sofrem uma tripla exclusão: étnico-racial, de gênero e de classe”.

Dentro dessa mesma concepção, considero que a questão das discriminações de gênero perpassa pelo simples fato de nascermos mulheres e convivermos em uma

sociedade marcada pelo machismo, a visão que a sociedade tem sobre isso é que, pelo fato de serem do sexo feminino, são sujeitas “sensíveis” ou “inferiores”, que devem cuidar apenas do lar. Porém, quando são quebrados esses estereótipos atribuídos às mulheres, as mesmas são criticadas e por vezes excluídas, ou, em algumas situações, são violentadas.

A violência de gênero sofrida é um elemento presente nas narrativas das líderes da AQCB do povoado Morada Nova, como bem foi explicitado acima, na fala de dona Euza, onde enfatiza a questão de discriminação, como também, apresenta características cruciais que ao observarmos compreendemos como sendo uma violência verbal. Pois, entendemos que a violência verbal se dá através de palavras pejorativas, em tons de ameaças ou “piadas” que venham intimidar o sujeito.

Quando questionamos uma outra liderança do movimento da AQCB, sobre tal abordagem, e se a mesma havia sofrido algum tipo de violência ou discriminação por assumir sua identidade de quebradeira de coco, em conversa com dona Gonçalves e, ao levar o questionamento, houve nos primeiros instantes um impacto acompanhado com seu silenciamento e uma expressão de tristeza e, logo, seus olhos começaram a ficar repletos de lágrimas. Por conta disso, não houve respostas naquele momento, o que se percebe a partir de seu silenciamento e de sua reação ao mencionar o assunto é que, possivelmente, a mesma tenha passado por isso, mas, que não se sentia à vontade e confortável para relatar sobre a situação referida, ou, que tal memória ao ser lembrada causara sofrimento por ser revivido em lembrança. Isso também é explicado por Pollak (1989).

O silêncio tem razões bastante complexas. [...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. (POLLAK, 1989, p.6-8).

Em princípio, lembrar tais acontecimentos parece ser algo visto em primeira instância como algo individual, porém deve ser visto e absorvido, também, como um fato coletivo e social, visto que, as experiências são construídas coletivamente.

Ao retornar o mesmo assunto em outro dia com dona Gonçalves, a mesma diz que falar sobre tais acontecimentos, para ela, é muito doloroso e que por isso não gostava muito de lembrar determinados assuntos. Mas, contou um episódio que marcou muita sua vida, acontecido no “tempo do coco preso”, onde os donos das terras não queriam deixar nenhuma mulher entrar em seus terrenos, chegando até mesmo ameaça-las. Que segundo as palavras de dona Gonçalves:

[...] Ele brigava com a gente, dizia que não era pra gente ajuntar o coco porque o coco era dele e aí ele botava cachorro pra correr atrás da gente, botava os cachorros na gente, ele fazia com que a gente levantasse do monte de coco... ele nunca tomou, mas aí fazia medo e a gente aquele medo né, corria e muitas vezes ele saía por dentro do mato com a espingarda e até ameaçava a gente, mais graças a Deus nunca nenhuma de nós aqui do povoado chegaram a morrer, porque Deus não deixava ele atirar em nós. (FERREIRA, 2020).

Quando perguntamos sobre a presença masculina de seus companheiros, se os mesmos faziam alguma coisa para impedir as ameaças vindas dos fazendeiros e jagunços, dona Gonçalves diz “Os homens não! Os nossos maridos nunca se importaram! Eu nunca vi nem lembro de um marido meu ou de fulano de tal dizer ‘é, pois, se ele correu atrás de vocês eu vou tomar providências’. Não houve! E, nunca houve isso”.

Relatos como o de Gonçalves Valéria mostram-nos como essas trabalhadoras rurais já foram vítimas de inúmeras violências, mesmo sem apoio de seus companheiros, lutavam contra os fazendeiros para ter acesso aos seus direitos.

Já dona Francisca Pezeta, se dispõe acerca desse assunto, relatando que muitas sofrem discriminação sim, e que, por mais que não saiba muito sobre como isso é caracterizado, ela coloca que “discriminação pra mim é quando uma pessoa não aceita a outra como ela realmente é, aí começa a ofender por não gostar da pessoa, pra mim é isso”. Quando foi levantado a questão se ela já passou por alguma situação que considerasse um ato discriminatório, ela coloca, “eu já passei sim, e eu acho que muitas das companheiras vivenciam isso até hoje no seu dia a dia”. Além disso, dona Francisca Pezeta afirma:

Quando nós ia pra matos, tinha sempre aqueles que não gostava da nossa profissão, que dizia que coco não dava nada, que a gente só ia para os matos porque não queria ficar em casa cuidando da casa e dos filhos, mas a verdade não é isso, a gente ia para os cocos porque lá nós tirava o nosso sustendo para criar nossos filhos, porque nós vendia e com os dinheiros comprava as coisas para filhos. Mas os comentários de apoio nunca tivemos apenas críticas e piadas, e eu acho que isso é porque nós somos mulher, porque eu vejo homem indo pra roça e ninguém nunca disse pra eles o que dizem pra nós. (SOUZA, 2020).

Logo em seguida foi questionado se ela considerava isso que haviam passado como um ato de violência ou apenas olhavam isso como ato de discriminação sofrida? Dona Francisca diz: “Violência pra mim seria agressões de vários tipos. Tem a violência de palavras né, agredir com palavras né, e com murros, taca, empurrão, isso pra mim é que é violência. Então, eu vejo isso que nós passamos como um ato de violência e discriminação, porque ao mesmo tempo quando eram discriminadas estávamos sofrendo violência”.

Nas três narrativas das líderes quebradeiras, percebemos a marca da violência sofrida e os traumas causados em suas vidas, em especial na fala de dona Gonçalves. A força das lideranças mulheres, suas lutas e resistências, são ressaltadas nas palavras de Dona Gonçalves - “nóis tinha muito medo das ameaças deles, mais nóis estávamos ali lutando para o sustendo de nossos fie (filhos), por isso nóis lutava até o fim, e resistia as ameaças que eles faziam com a gente”. Dito de outra forma, a necessidade para criar e educar seus filhos fizeram com que essas mulheres se tornassem lutadoras e defensoras da vida.

De fato, a identidade das mulheres quebradeiras de coco possui muitas características peculiares. Pois, cada quebradeira vivencia variadas experiências. De todo modo, existe uma ligação entre as identidades grupal/coletiva, de gênero e étnico-raciais, que estão constantemente presentes e acentuadas nas reuniões, encontros e debates. Como bem é evidenciado por dona Gonçalves – “[...] pra mim, gênero é igualdade, é quando nois muíe (Mulher) temos nossos espaços trabalho sem divisão, e temos nossos direitos iguais aos dos homens”.

A partir da memória dessas mulheres a identidade vai sendo construída na troca de experiência entre as quebradeiras, apesar dessa identidade não ser algo fixa e encerrada, estando constantemente em mudança. Portanto, o lugar da memória nas comunidades dessas mulheres tem ajudado a tornar mais forte a sua identificação, sejam elas memórias dos conflitos, sejam memórias de recordações ligadas às suas experiências do dia a dia.

### **3. Mulheres em movimentos: Estratégias de lutas das mulheres camponesas e a constituição da AQCB de São José dos Basílios-MA**

Descrever a organização e articulação das mulheres camponesas através dos movimentos sociais no Maranhão, com foco especial no município de São José dos Basílios - MA, é falar sobre suas trajetórias de vidas enquanto identificadas como quebradeiras de coco babaçu, falar sobre os direitos que lhes foram negados, as lutas que enfrentaram, as conquistas que obtiveram, assim como, das memórias “não-ditas”, das memórias “esquecidas”, ou até mesmo, das memórias “silenciadas” e das desigualdades de gênero, que ainda hoje se fazem presentes em nossa sociedade.

Ao detalhar a articulação que culminou na organização do movimento social da Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu (AQCB) de São José dos Basílios, é possível visualizar um breve contexto histórico acerca de sua formação. Primeiro, esta modernização se iniciou ainda quando o Estado do Maranhão estava enfrentando os conflitos pela Lei Sarney<sup>25</sup>, que foi considerada naquele período como um marco que mudavam as relações entre as mulheres extrativistas e os donos de terra, especialmente por causa do grande incentivo governamental aos agentes de indústrias de agropecuária.

A partir dos anos de 1970 tem se iniciado naquele estado a segunda fase de expansão da agropecuária, já que a primeira foi no período de 1920/1950, assim como “adoção da ideia desenvolvimentista da construção de parques industriais no Maranhão” (JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, p. 133). Por conta dessa conflitualidade esse período também fica marcado por uma grande queda na produção de amêndoas, bem como a perda do espaço do babaçu na economia local e nacional (REIS, 2008, p.45 *apud* JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014).

Nesse percurso, foi criado em 1979 o INEB – Instituto Estadual do Babaçu, nele eram realizados estudos sobre o aproveitamento total do coco babaçu, com a intenção de conciliar os interesses das indústrias dos camponeses como do governo (RÊGO; ANDRADE, 2006, p. 28 *apud* JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014 ). Todavia, devido ao pico que o Estado do Maranhão estava passando de guerra contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais, houve novamente no começo da década de 1980 uma grande queda de interesses pelo babaçu, “os conflitos por terras são acirrados. Reaparecem a grilagem de terras e passa a ser comum a proibição de acesso aos babaçuais. As relações entre

---

25 Lei nº 2.979



proprietários e não proprietários tornam-se cada vez mais violentas. Todos precisam engajar-se na luta pela sobrevivência”. (JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, p.134)

Nesse sentido, torna-se oportuno destacar a interpretação que Silva (2013, p.62) dispõe a esse respeito:

[...] No Maranhão, a grilagem de terra foi um instrumento importante na limpeza de áreas ocupadas por posseiros. Acerca da grilagem e da violência praticada nos conflitos de terra no estado, principalmente nas áreas cobiçadas pelos grandes projetos para exploração e especulação. [...] à grilagem, que se torna e é instrumento de poder que, naquela década, teria sido *acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada* pelo governo. (SILVA, 2013, p. 62). (*grifo destacado pelo autor*).

Vale ressaltar, também, o que é frisado por Barbosa (2014, p. 87/ 88) afirmando que no estado do Maranhão a grilagem foi o processo mais comum dos trabalhadores rurais, ocorrido em diferentes níveis, pois, segundo suas palavras:

[...] terras foram tomadas, geralmente usando-se a violência para simples especulação, reserva de valor, terras tomadas e destinadas a atividades agropecuárias. Os posseiros ou foram expulsos ou passaram a pagar renda (arroz ou coco); terras foram tomadas por um herdeiro do dono que possuía o título das terras, expulsando os demais (herança sem partilha); terra como objeto de grilagem cartorial, falsificação de títulos e documentos em cartórios. (BARBOSA,2014, p. 87/88).

Foi neste cenário de lutas e confrontos que as trabalhadoras e trabalhadores rurais do ex povoado São José dos Basílios, município de Presidente Dutra, começaram a se organizar em favor de seus direitos. Enquanto o ex povoado era marcado por muito sofrimento, fome, miséria, pobreza, além, das violências e dos ataques sofridos pelos fazendeiros e os chefes poderosos. Por conta disso, através de diálogos com líderes da comunidade, foi possível observar uma organização mais direta desses grupos, como seus engajamentos na primeira mobilização que fundou os sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STTR, como bem é destacado por dona Gonçalves Valéria, que era uma das articuladoras e organizadoras do movimento, que disse “a gente naquela época passava por muita situação difícil, era muito sofrimento, fome, e tinha situação que muita gente morria por conta dessa luta, aí a gente vendo tudo isso começamos a formar o nosso próprio sindicato rural de homem e mulher”.

Pontuando em meio à fala de Dona Gonçalves Valéria a participação tanto de mulheres como de homens, onde, se tinha a organização por parte de ambos. Somente, após esse sindicato que os moradores daquela localidade conseguiram maiores estratégias para terem acesso à terra para a construção legal de suas moradias de forma que não fossem

expulsos ou que suas casas não fossem mais queimadas, como é evidenciado ainda por dona Gonçala Valéria, “Eu era criança ainda quando escutava de mamãe, dizendo que muitas casas antes os fazendeiros mandavam queimar, porque diziam que a terra era deles”. Depois de questionada se ao se tornar adulta havia visto acontecer de incendiarem alguma casa, ela responde:

[...] eu nunca cheguei a ver de perto assim essa situação, mais com os sindicatos formados foi possível a gente conseguir mais força para não acontecer isso de queimar nossas casas, porque naquele tempo não se tinha essa coisa de documentos aqui, funcionava apenas assim, se fulano chegar aqui e tiver um terreno abandonado ele fazia a casa dele ali e aquela terra já seria dele e assim acontecia com muita gente aqui. [...] eu acredito sim, que graça aos sindicatos isso foi possível. (DONA GONÇALA VALÉRIA, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 2019).

Durante o relato de dona Gonçala Valéria foi possível observar o quanto esse movimento foi importante na vida daquela população, sendo também visível pelo seu semblante o quanto lembrar daquele momento, por mais doloroso que fosse, lhe trazia uma satisfação, como em suas palavras “dever cumprido”, pois, a todo momento a mesma deixava claro que foi através daquele sindicato que muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais conseguiram morar em suas casas sem medo, dado que por meio do movimento conseguiram assegurar um acordo entre os que se declaravam ser “donos da terra”, para que ninguém fosse expulso de suas moradias, “a gente foi lá conversar com o donos que diziam ser o proprietários da terra e fizemos o acordo entre eles para deixamos morar lá sem querer expulsar a gente, esses acordos eram políticos mesmo, a gente dizia que ia ajudar o político deles se não acontecesse mais expulsão” (GONÇALA VALÉRIA, entrevista concedida em 2019). Além disso, aquela memória “dita” carregava o simbolismo de uma luta travada por embates coletivos muito difíceis, mas também trazia consigo a conquista como a própria contribuição na emancipação do povoado em município.

Através da organização do movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais outras vitórias foram alcançadas como a própria comprovação de renda de trabalho prestado ao município como trabalhadores rurais, na qual é destacado na fala de dona Gonçala Valéria “a gente consegue através do sindicato ter a comprovação de nossa renda, que ajuda a gente até hoje nos documentos quando vamos dar entrada na nossa aposentadoria no INSS”.

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS foi um programa governamental criado ainda na década de 1990 pelo decreto nº 99350 e é responsável pelo pagamento de

aposentadorias, salários de reclusão, auxílios-doença, salários-maternidade, entre outros benefícios sociais.

Segundo RÊGO e ANDRADE (2006, *apud* JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014), ainda na década de 1990, foi possível observar outras organizações de movimentos, como a própria Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu (AQCB) no Maranhão, que lutava pelo controle da atividade, sem atravessadores. “O processo produtivo foi transformado. Surgem novas maneiras de organização institucional e as quebradeiras associam-se para que todos possam ganhar com a exploração do babaçu” (RÊGO e ANDRADE, 2006, p. 50-52 *apud* JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, p.134).

### **3.1 Conhecendo o campo de pesquisa e o contexto das participantes**

O campo de estudo desta pesquisa é localizado na região nordeste do estado do Maranhão, mas especificamente na Mesorregião Norte Maranhense, no município de São José dos Basílios, que teve sua emancipação política em 10 de novembro de 1994, pela Lei Nº 6.156, com sede no Povoado de São José dos Basílios, ao ser desmembrado do município de Presidente Dutra, subordinado à Comarca de Presidente Dutra.

O município possui área de 362.617km<sup>2</sup> (IBGE, 2010) tendo sua densidade demográfica de 20,67hab/km<sup>2</sup> com população no último censo de 2010 de 7.496 habitantes com estimativa para o ano de 2021 de 7.639 pessoas. A população feminina somou o total de 3.739 pessoas. O território situa-se acerca de aproximadamente 354 quilômetros da capital São Luís, e limita-se ao Norte com o município de Santo Antônio dos Lopes; a Leste com o município de Presidente Dutra; a Oeste com o município de Joselândia e ao Sul com o município de Presidente Dutra<sup>26</sup>.

São José dos Basílios é situado a 94 metros de altitude, contendo as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 5° 3' 11" Sul, Longitude: 44° 32' 17" Oeste (CIDADE-BRASIL, 2012/2021). Possui como vegetação principal floresta aberta de babaçuais por todo o vale da bacia do Rio Flores, além, de suas produções em Horticultura, Pecuária, Agricultura e Babaçu, marcando ainda nos campos de cerrados na região norte.

Convém destacar que o estado do Maranhão possui o espaço territorial em 32 unidades regionais. Dentro dessa territorialidade, o município de São José dos Basílios, em termos de unidades regionais, está localizado como 07 unidades, conceituada como a

---

<sup>26</sup> Dados coletado site da prefeitura municipal de São José dos Basílios. Disponível em: > <https://www.saojosedosbasilios.ma.gov.br/cidades/cidades/> . Acessado em: 30/11/2021.

Região das Flores<sup>27</sup>, região essa que inclui outros 06 municípios como: Capinzal do Norte, Dom Pedro, Gonçalves Dias, Governador Archer, Joselândia e Santo Antônio dos Lopes. Como é evidenciado na tabela 01.

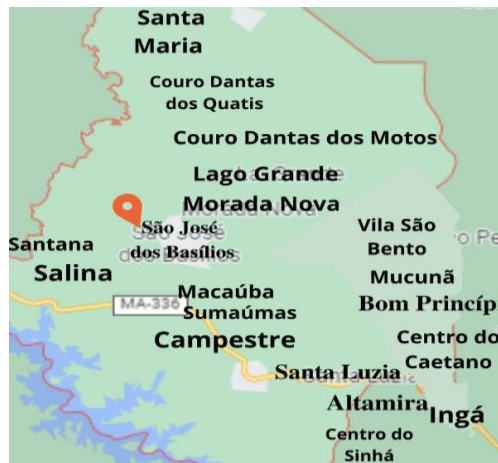
TABELA 01: Caracterização Geográfica, Econômica e Social das Flores<sup>28</sup>

Região / Município	Área (Km <sup>2</sup> )	População 2007			Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	PIB 2005* R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total		
FLORES	4.123,1	46.432	48.886	95.318	23,1	223,1
Capinzal do Norte	626,9	4.439	5.946	10.385	16,6	27,3
Dom Pedro	370,0	14.409	7.070	21.479	58,1	60,3
Gonçalves Dias	876,0	7.413	9.031	16.444	18,8	31,9
Governador Archer	435,7	6.579	3.341	9.920	22,8	21,6
Joselândia	681,7	4.907	10.676	15.583	22,9	32,3
Santo Antônio dos Lopes	770,2	5.645	8.580	14.225	18,5	33,9
São José dos Basílios	362,6	3.040	4.242	7.282	20,1	15,9

Fonte: IMESC- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográficos.  
IBGE- Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística.

O município de São José dos Basílios se divide em 19 povoados, entre eles estão Altamira, Bom Princípio, Campestre, Centro do Caetano, Centro do Sinhá, Couro Dantas dos Motos, Couro Dantas dos Quatis, Ingá, Lago Grande, Macaúba, Morada Nova, Mucunã, Salina, Santa Luzia, Santa Maria, Santana, Sumaúmas e Vila São Bento. Conforme é mostrado de forma ilustrativa a figura 08.

Figura 08: Mapa ilustrativo dos povoados de São José dos Basílios (MA)



Fonte: Joana Alice, 2021

Portanto, é dentro dessa territorialidade, especialmente, no povoado Morada Nova que mantenho os primeiros contatos, como pesquisadora, com o campo. Foram entrevistadas três mulheres do povoado Morada Nova, que assumiram suas identidades

27 Regiões de planejamento do estado do Maranhão. Disponível em: >[https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/regionalizacao\\_MA\\_2007.pdf](https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/regionalizacao_MA_2007.pdf)<. Acessado em novembro de 2020

28 Tabela retirando da Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão.

como líderes desse movimento social do campesinato, lutando e se articulando para a construção da AQCB na sede municipal de São José dos Basílios.

O povoado Morada Nova, é o segundo mais populoso do município, além do mais, foi desse povoado que saíram marcantes organizações de movimentos sociais, como o Clube das Mães Quebradeiras de coco na década de 1990/1991, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, entre outros.

### **3.2 Estratégias e organização associativa das mulheres quebradeiras de coco do Povoado Morada Nova**

Durante muito tempo na historiografia oficial a história das mulheres foi esquecida, apagada e silenciada das narrativas históricas. Sendo predominante nos estudos apenas a história dita e escrita por homens sobre homens. No entanto, isso vem mudando com o passar dos tempos, principalmente com as crescentes reivindicações femininas por direitos de igualdade e reconhecimento. Não sendo diferente, também, em relação às mulheres quebradeiras de coco babaçu do Povoado Morada Nova, de São José dos Basílios (MA), que também tem o direito de terem suas histórias registradas como representação da luta das mulheres.

Descrever a história dessas mulheres no movimento pela constituição da AQCB de São José dos Basílios (MA) significa mergulhar em uma história marcada por muita dor, silêncio, violência, lutas, tristeza, mas, também, em uma história que trouxera alegria, conquistas, união, coragem, empoderamento, força e liberdade a um grupo coletivo de mulheres camponesas da comunidade Morada Nova.

Como foi discutido nos itens anteriores a primeira formação das mulheres quebradeiras se deu por meio de um movimento chamado “clube das mães quebradeiras de coco”. Nesse período o grupo era organizado por dona Gonçala Valéria, porém, o que levou e motivou a formar esse movimento das “mães quebradeiras” foi a necessidade de ter acesso à liberdade, pois, após o casamento eram confinadas ao lar, recebendo a função de apenas ser dona de casa, tendo que cuidar dos filhos e do esposo, não podendo ter sua própria renda pessoal, apenas “aceitando” ser sustentada por seu cônjuge que trabalha com serviços braçais. Porém, segundo algumas conversas informais de algumas mulheres do povoado, naquela época os esposos, em grande maioria, humilhavam suas companheiras, maltratando-as de forma física e verbal, pois, de acordo com dona Gonçala Valéria “muitos

homens se achavam donos de suas esposas por ser o único que colocava dinheiro e comida na mesa” (DONA GONÇALA VALÉRIA, 2019).

O trabalho doméstico perpassa toda a vida das mulheres, pois, “as mulheres sempre são dona de casa”(PERROT, 2012, p. 114-115). Na prática esse trabalho, não é compartilhado entre os homens e as mulheres, ou seja, não há igualdade de gênero, o que leva a, ou tratar as mulheres como sujeitas inferiores, ou como se fosse suas prioridades, sendo responsabilidade apenas delas fazer todos os serviços domésticos, tais como passar, cozinhar, limpar e lavar.

Com o intuito de romper com essa prática, dona Gonçalves começa a se articular, convidando outras mulheres da comunidade a se juntarem para lutarem pelas suas liberdades, pois, sabia que “não conseguiria sozinha quebrar essa barreira”(DONA GONÇALA VALÉRIA, 2019). Assim, indo de casa em casa, conseguiu reunir um grupo inicial de 15 mulheres.

Inspiradas pelo pensamento de Simone de Beauvoir (1949), onde “Não nascemos mulheres. Tornamo-nos mulheres”, o grupo de 15 mulheres, ao se juntarem, aprenderam a construir identidades a partir de paradigmas teoricamente matriarcais, que depois foram se cristalizando. A ênfase é, então, posta na transformação pela luta de igualdade e liberdade. Assim, quando perceberam que poderiam romper com o que era imposto a elas, foram em frente, construindo alianças entre si, para que nenhuma se sentisse sozinha nessa empreitada pelo acesso aos babaçuais.

As primeiras reuniões ocorreram em frente à casa de Dona Gonçalves já que esse grupo não tinha apoio de nenhuma instituição pública. Em um primeiro encontro, falaram sobre a importância de fazerem outras atividades além de cuidar de casa, esposo e filhos. Também foi discutido sobre quais atividades elas saberiam fazer que gerassem renda e sustentando em suas casas. Logo, o que era comum para a grande maioria, aprenderam na infância, nas presenças de suas mães, era a quebra do coco babaçu. Foi a partir desses saberes e fazeres materiais que se fundou o primeiro grupo de Mães Quebradeiras de Coco da comunidade Morada Nova, no município de São José dos Basílios, ainda no século XX. Após esse encontro, começaram a surgir os desafios, que eram fazer com que seus maridos compreendessem que elas também poderiam fazer quaisquer outros trabalhos além do que já eram imputados a elas.

Não tendo apoio de seus maridos, muitas mulheres desistiram de fazer parte do grupo, ficando em torno de oito mulheres apenas. Todavia, foram essas oito que deram

vida ao grupo, que enfrentaram seus companheiros e que saíam de suas casas as 05h00 da manhã para irem ao mato juntar e quebrar coco. Dentro de pouco tempo o grupo começou novamente a crescer formando um coletivo de vinte mulheres que, assumiram sua identificação de Mãe Quebradeira de Coco.

Para além de enfrentar seus esposos, outros desafios surgiram, como a proibição de terem acesso às terras onde se localizavam as palmeiras de babaçuais. Foi nesse momento que, de acordo com a fala de Dona Gonçala, veio o medo da desistência, por temerem o que poderiam sofrer: “A gente pensou em desistir, porque muitas de nós estavam cansadas, os homens lá das quintas ameaçam a gente, dizendo que aquelas terras eram deles e que a gente não tinha direito de pegar os cocos de lá” (FERREIRA, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 2019).

Outras dificuldades foram a derrubada das palmeiras, que muitos proprietários estavam fazendo em suas terras, as queimas dos cocais, os envenenamentos frequentes que matavam as palmeiras pequenas.

No depoimento de dona Euza, é perceptível o simbolismo que a palmeira do babaçu tem em sua vida, e a dor por ela demonstrada, sentida ao ver uma palmeira derrubada no chão. Além do mais, a quebradeira confirmou que a prática da derrubada dos Palmeirais ocorria frequentemente no povoado, dizendo que,

Quando os homi (homem) começam a colocar fogo nas roças, vixi, nossas palmeiras sofrem muito né, e a gente também acaba sofrendo, porque eles não se importam com os nossos bens, eles dizem que vão queimar somente as palmeiras macho porque nois não teremos cachos de coco delas, mas isso não acontece de verdade, porque eles queimam e palmeira macho e fêmea, eles falam isso pra nois para não deixar nois ainda mais com raiva deles. (MOURA, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 2019).

Não há dúvidas de que o coco babaçu provindo da palmeira tem grande representação na vida das quebradeiras. Em cada corte/derrubada dos Palmeirais é “como se morresse uma parte de nós ali” (FRANCISCA PEZETA, 2019).

Após alguns dias de conflitos que proibiam as mulheres de entrarem nas terras dos fazendeiros, houve uma “esperança que alegrou a vida de todas aquelas mães.” Como a Igreja Católica, através das comunidades Eclesiais de Base (CEBs) sempre foi apoiadora dos excluídos nos cenários de conflitos de terra e pelo acesso aos babaçuais, a Irmã Verônica foi uma das freirianas que ajudou as mulheres na construção da associação, além de ajudar na organização coletiva dos movimentos sociais, dando mais apoio e encorajamento as mulheres extrativistas. (BARBOSA, 2014, p. 110).

A Igreja Católica era essencial no enfrentamento dos conflitos, pois, através de seu apoio (não só espiritual, mas também jurídico), as trabalhadoras rurais eram protegidas de maiores violências e suas “mobilizações e denúncias detinham maior visibilidade” (BARBOSA, 2014, P. 110).

Irmã Verônica em conversa com as mulheres dos povoados, percebeu o quanto elas estavam sofrendo, por não terem acesso livre aos recursos naturais que davam sustento para suas famílias. E, como nas palavras de Dona Francisca Pezeta, teve “compaixão” e, decidiu ajudar as mulheres da comunidade. Por conta da influência da Igreja Católica junto aos órgãos públicos, foi facilitada essa ajuda, dando mais visibilidade à luta dessas mulheres, lhes proporcionando maior representatividade e dando-lhes acesso à posse da terra em que fora erguida a Associação.

Segundo relatos das entrevistadas garra e força as mulheres daquela comunidade já possuíam e, com o apoio da igreja, tomaram maior firmeza para se organizarem em todo o município de São José dos Basílios, formando pequenos grupos sociais de Mães Quebradeiras de Coco. Enquanto os grupos iam se construindo, a freiriana elaborava um projeto que melhorasse o custo de vida das quebradeiras do município. O projeto segundo Dona Gonçala era a construção de uma casa de cooperativa, onde, elas iriam gerar renda através da quebra do Coco Babaçu.

A partir das reuniões articuladas pela irmã Verônica, as quebradeiras de coco se motivaram em prol de uma organização com maior representatividade política através da articulação interestadual. Assim, conseguiram se vincular ao MIQCB. Os encontros das quebradeiras aconteciam em grande parte nas capelas das Igrejas Católicas do povoado Morada Nova, como também na Sede do município. Nessas reuniões era discutido como seria constituído a AQCB na cidade de São José dos Basílios.

Entre 1995 a 2000 o grupo de extrativistas se mobilizaram para reivindicar melhores preços na comercialização do coco babaçu no mercado local, já que, naquela época o preço que era estabelecido pelos próprios comerciantes eram valores muito baixos. Com isso as mulheres não conseguiam comprar o mínimo de outros gêneros alimentícios necessários a garantia de sua sobrevivência. Como é relatado por Dona Euza,

O preço do coco que nois quebrava e vendia era de 0.80 centavos, eu quebrava por dia 10 a 15 quilos de coco para vender no comércio, porque aqui nois vendia para o comercio daqui mesmo, muitas vezes eu não queria nem o dinheiro como pagamento, porque eu já pegava logo como forma de pagamento era as coisas de cozinha, que era sal, açúcar, café, biscoito, e isso as vezes não dava para sobreviver direito, porque tem família que é grande (MOURA, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 2019).



Mediante essa conjuntura, percebe-se a falta de valorização que os mercadores davam para a quebra do coco, como também, para o trabalho das quebradeiras. Sendo analisado por Dona Gonçalves “uma falta de respeito por nossa profissão”.

O Coco Babaçu é visto pela extrativista como uma riqueza natural muito significativa na sua formação. Sendo narrado por dona Francisca Pezeta “Ah! O coco babaçu é muito importante, pois dele conseguimos tirar nossa renda e termos o que comer na mesa”. Ela ainda continua dizendo:

Assim, como a palmeira é nossa mãe e parte de nossa vida, o coco babaçu é parte dessa mãe da qual representa muito o que somos hoje. Pois graças o coco babaçu conseguimos comprar nossas coisinhas dentro de casa e comprar também as coisas para nossos filhos e netos né, porque no meu caso também crio dois netinhos. Com minha renda vindo do meu trabalho eu compro café, açúcar, leite, e as coisas pessoas dos meus filhos e netos. (FRANCISCA PEZETA, ENTREVISTA EM 2019).

O babaçu é considerando um elemento muito importante para as quebradeiras, pois de acordo com o conceito de Barbosa (2014, p. 72) “o Babaçu é um elemento a partir do qual elas se autoidentificam e constroem sentimentalidade”. Conforme é bem destacando na narrativa de Dona Euza,

“Eu considero o babaçu muito importante ele faz parte da minha vida, como também de tudo que eu sou. Eu sou com muito orgulho Quebradeira de Coco! Porque o babaçu me tornou essa mulher quebradeira batalhadora, que ia para os matos procurar coco no chão para quebrar. (DONA EUZA, 2019)

Foi pensando nessa representatividade e nesse simbolismo que as extrativistas juntamente com Irmã Verônica se mobilizaram para buscar estratégias que melhorasse a valorização do preço do coco babaçu. Como é salientando por Dona Gonçalves:

Naquele tempo do coco preso, não havia valorização do nosso trabalho, porque nós vendia o coco em preço muito baixo para o mercado, não recebendo quase nada em dinheiro. Ai, quando irmã Verônica começou a notar esse descaso que estava havendo com nós, ela falou que nós precisava se organizar para buscar solução para que nossos cocos fossem valorizados, além do nosso trabalho né, porque nós trabalhavam muito e não era reconhecido isso por ninguém, muito menos para o povo que comprava nossos cocos quebrados. (DONA GONÇALA, 2019)

O tempo do coco preso foi um período bastante difícil para as quebradeiras, sendo analisado por Barbosa (2008)

O “tempo do coco preso” foi o momento em que as famílias rurais ficaram sujeitas a manipulações econômico comerciais de fazendeiros, sendo implantados vários mecanismos a fim de subjugar-las. Nesse período, contratos extrativistas foram implantados para reger a coleta, quebra e venda do coco. Os trabalhadores ficaram submissos aos donos de “barracões” (galpões localizados nas fazendas onde mulheres, homens e crianças quebravam coco para proprietários de terras, muitas vezes esperando receber o dinheiro da venda do produto somente ao final da semana), sendo obrigados a vender o coco ou trocá-lo por gêneros alimentícios nas próprias fazendas. (BARBOSA, 2008, p. 05).

Diante disso, os confrontos entre as quebradeiras contra os fazendeiros se agravaram ainda mais, levando-as a se organizar em forma de protesto para lutarem por seus direitos trabalhistas. Na qual é afirmando por dona Gonçala Valéria, “[...] uma das maneiras que a gente viu para lutar pelo valor do coco naquele momento foi ir as ruas de São José dos Basílios e bater mesmo de frente com o povo que comprava nosso coco quebrado”. Ela também completa dizendo que toda a organização do protesto foi apoiada pela irmã Verônica que em suas palavras “ela foi que sempre nois ajudou e organizava tudo pela a gente” (DONA GONÇALA, 2019).

Dando continuidade no diálogo, a quebradeira também afirma que o protesto foi pensado para ser realizando em um dia que houvesse movimentação na cidade, para que assim pudesse chamar a atenção do poder público do município. Sendo assim, uma das oportunidades que tiveram foi ir as ruas no dia Internacional da Mulher. Em sua fala ela diz:

Dia das mulheres foi um dia que escolhemos para ir as ruas lutar pelos nossos direitos, porque a irmã falou que essa data seria o melhor dia, porque ficaria marcado como o dia 08 de março como o dia que nós mulheres quebradeiras de São José dos Basílios ia em protesto lutar pelo que temos direitos que é a valorização do nosso trabalho. (DONA GONÇALA, 2019).

A mobilização dessas mulheres foi um marco histórico no município, pois, segundo dona Euza, “era mulheres de todos os povoados que estava lá, nois cantava, levantamos nossa bandeira, rezava e logo dizia queremos respeito pelo nosso trabalho, respeito nosso coco”. Contemplando a fala dona Francisca também diz “foi muito bonito. Era mulher pra todo lado, tinha até criança porque nossas filhas acompanhava a gente.”

Em conversa com as três entrevistadas as mesmas mostravam uma alegria com risos ao recordar isso, dona Francisca inclusive falava que “O político lá depois veio até falar com a gente dizendo que apoiava nossa causa lembra Gonçala” porém não foi citando o nome do político que falou com elas no dia do movimento, e quando foi questionada quem seria esse poder público que havia indo conversar com ela no dia, ambas falaram que naquele momento não recordavam.

Após essa movimentação as extrativistas conseguiram de acordo com as quebradeiras um aumento no preço do Babaçu. Subindo o seu valor para 1,50 (um real e cinquenta centavos). Como é bem enfatizando por dona Francisca, “nois conseguimos graça a Deus depois desse dia um acordo que fizeram lá e o valor subiu para 1,50 (um real e cinquenta centavos)”.

Por conta desse momento histórico marcado no município de São José dos Basílios o dia 08 de março de 1995 a 2000 continuou sendo o dia que elas iam as ruas comemorando suas conquistas e reivindicando quaisquer demandas que precisassem, de reconhecimento e de respeito. Nas imagens abaixo coletada por Aldina Melo<sup>29</sup> em 2012, ilustram um desses momentos das mulheres nas ruas do povoado Morada Nova e de São José dos Basílios. Na imagem **A** e **B** as mulheres estavam em manifestações na sede do município – São José dos Basílios. Na **C** e **D** a mobilização ocorreu no povoado Morada Nova. Foi relatado pelas entrevistas que a cada ano era escolhido onde seria o local da manifestação, sendo observando por elas que sempre esse movimento acontecia ou em “São José dos Basílios ou aqui mesmo no povoado Morada Nova” (dona Euza, 2020).

**Figura 10: Extrativistas nas ruas “Dia Internacional da Mulher” – São José dos Basílios e Povoado Morada Nova**



Fonte: Aldina Melo (2012)



Fonte: Aldina Melo (2012)



29 F



**Fonte: Aldina Melo (2012)**

Em 2000, com o projeto para a constituição da AQCB já elaborado, irmã Verônica conseguiu com base no depoimento de dona Gonçala “uma ajuda vinda da Itália para comprar um terreno na sede”. Em que diz respeito a essa “ajuda vinda da Itália” a quebradeira afirma dizer que “não saberia bem se foi através da igreja da Itália ou de algum órgão público de lá”.

Segundo as entrevistas, o terreno comprado pela freira, tinha cerca de 4 hectares, porém, 2 hectares a prefeitura haviam se apropriado indevidamente. O que gerou grande conflito entre eles, pois, as extrativistas queriam a posse de toda a terra, porém até o momento nunca tinham conseguindo aquele restante da terra. Sendo afirmado por dona Euza, “nois brigamos muito com a prefeitura, mais, nois perdimos porque quando a irmã comprou o terreno não foram entregue nenhum documento que comprovava que aquela terra era nossa”.

Entretanto, as quebradeiras não desistiram de batalhar pela posse da terra. Então, a freira Ir. Verônica procurou estratégias para manter acordo entre as quebradeiras e a prefeitura, sendo bem pontuando na fala de dona Gonçala: “irmã, já ficando cansada, reuniu a gente e falou que ia propor um acordo a prefeitura”. O acordo seria, “a prefeitura poderia ficar com aqueles 2 hectares, mas que não viesse mais impedir da gente fazer a nossa associação no restante do terreno” (dona Gonçala, 2020). Com a proposta aceita entre ambas as partes, foi mapeada pelas próprias quebradeiras a delimitação do terreno.

Logo após, foi marcado pelas quebradeiras, os primeiros esboços de construção da AQCB. Como se pode observar na figura abaixo (figura 11) onde as mulheres estão cavando o espaço aonde será construída a casa beneficente.

**Fonte: Aldina Melo (2012)**

**Figura 11: Mulheres trabalhando na construção da AQCBSJB**



**Fonte: Aldina, Melo (2012)**

A casa beneficente das extrativistas foi construída somente por mulheres daquela região, sem ajuda do poder municipal ou de seus companheiros, sendo ressaltado por elas que a única ajuda masculina que tiveram foi dos próprios filhos que às acompanhavam. Ao longo do trabalho, da mobilização e da organização, as mulheres foram se empoderando, se reconhecendo de dona de casa, cuidadora do lar, à engenheira, pedreira, carpinteira, entre outros, como reforça dona Gonçala “a gente fazia de tudo, desde cavar o buraco até mesmo sendo engenheira”. Ao registrar esse feito a quebradeira manifesta reações de satisfação e de liberdade, em se desafiarem a fazer coisas para as quais eram subjugadas incapazes.

Cerca de um ano depois, especificamente em 18 de março de 2001 foi erguida a primeira casa de Beneficiamento do Babaçu de São José dos Basílios. Depois de sua construção surgiram outros desafios, como por exemplo, manter a casa aberta para ela gerar lucro para as sócias. Pois, as máquinas que desejavam comprar para a fábrica tinham valor muito alto, o que preocupava as mulheres extrativistas, por não terem mais condição financeira. Os gastos iniciais para compras de pequenas máquinas custavam aproximadamente “Sessenta mil reais (60.000)”. (Gonçala Valéria, 2019).

Devido o valor ser bastante alto, as quebradeiras começaram a procurar outros meios para levantar o dinheiro, tentando fazer parcerias com outros membros da igreja católica, tentando buscar apoio com órgãos de outros países, a exemplo com o Padre

Marcos Bassani que era da Itália e que estava de passagem pelo Brasil. Isto é bem relatado na fala de dona Gonçalves quando diz,

como a gente não tinha dinheiro para comprar as máquinas pra fábrica, nossa única chance era procurar ajuda. [...] foi aí que a irmã Verônica falou que tinha um padre da Itália que vinha para nossa paróquia, e que ele poderia ajudar a gente. [...] então a irmã fez a frente para a gente falar com ele, e eu lembro que quando a gente chegou lá e falamos né as representantes da associação que foram né falar com ele, aí, chegamos lá e contando para ele nossa luta diária, e toda a nossa história né, depois o padre falou que ia ajudar a gente. [...] foi assim que aconteceu a primeira participação de um homem na associação. [...] porque ele prometeu que ajudaria a gente e por causa disso sentimos vontade de deixar ele como um dos membros a frente da nossa associação. (FERREIRA, 2019, entrevista concedida em sua casa).

Padre Bassani ao escrever sua trajetória pelo Brasil no livro “Quando o pobre não deve pensar” (2020, p. 48-49) relata um pouco sobre o percurso da associação e explica sobre o projeto que havia sido elaborado para compra dos materiais da AQCBSJB que segundo suas próprias palavras havia sido “elaborado pelo técnico da prefeitura que deveria ter sido encaminhado para o Banco Mundial, que seria a entidade financiadora”. Porém, o que muitas quebradeiras falaram é que esse projeto que a Ir. Verônica entregou à prefeitura, havia sido perdido e que nunca mais a prefeitura havia dado notícias sobre o documento, o que deixava todas muito preocupadas, gerando entre elas e a prefeituras um certo “atrito de brigas” (Gonçala Valéria, 2019).

O padre argumenta ainda nesse livro,

Naquele tempo, o Banco Mundial, para driblar a corrupção dos políticos locais, tinha pensado em depositar o dinheiro diretamente nas contas bancárias das entidades beneficiadas. Infelizmente, o Banco Mundial não tinha considerado que os camponeses muitas vezes são analfabetos, ou têm um baixo nível de instrução. Por isso eles precisam sempre apoiar-se nos funcionários das prefeituras, ou a técnicos ligados às elites locais; ou seja, os mesmos corruptos que ele pretendia pular. (BASSANI, 2020, p. 49).

Sem muitas respostas para a ajuda financeira, e com a briga acirrada contra a prefeitura para recurso do projeto que haviam solicitado, as mulheres decidiram fazer com que suas vozes fossem ouvidas, segundo dona Francisca Pezeta: “a gente fazia protesto”. Esse movimento acontecia de acordo com o relato de dona Francisca Pezeta,

A gente sabia que a prefeitura não queria no início ceder a terra que a gente ganhou da irmã, então para conseguirmos foi assim, acima de muita briga, porque eles diziam que a gente não ia fazer a casa lá, e a gente falavam que a gente ia fazer sim, e assim fomos construindo porque ali foi uma riqueza que ganhamos da irmã, e de jeito nenhum iremos deixar a prefeitura tomar de conta do nosso patrimônio, até que

conseguimos manter um acordo e conseguimos né ficar com uma parte da terra e eles ficaram com outra. [...] daí quando foi entregue esses documentos para eles lá do projeto de compra para nossas máquinas, eles deram fim para prejudicar a gente, dizendo que o papel havia sido perdido com os outros documentos da prefeitura. [...] a gente sem saída decidimos ir pra frente da prefeitura, a gente fazia protesto, pedindo respeito e valorização pela nossa profissão, a gente dizia que ‘queremos nosso projeto de volta, devolva nosso projeto’. [...], porém, até o momento de hoje nunca vimos esse projeto de novo. (SOUZA, 2019, entrevista concedida em sua casa).

Alguns anos depois, ainda sem resposta e sem condição financeira para a AQCBSJB, as extrativistas consideram esse período como “tempo mais difícil para elas”. Logo, dona Gonçala conta que durante algum tempo “Irmã Verônica, que estava à frente de tudo, ficou doente de malária”, logo depois veio o seu falecimento, causando nas quebradeiras uma profunda tristeza.

Para dona Francisca Pezeta “a morte da irmã, nos destruiu, nós ficamos sem chão e sem saber como ia dar continuidade todo trabalho que ela já havia feito pela gente”. Dona Euza também destaca: “a notícia da morte da irmãzinha Verônica deixou todas nós da comunidade em estado de choque e doeu demais em nossos corações”.

Já Dona Gonçala diz que “quando ficamos sabendo da notícia eu não queria acreditar, mas eu falava assim ‘Meu Deus dai-me o conforto nesse momento de tanta dor’ e fiquei rezando pela alma da irmã”.

A morte da Ir. Verônica significou muito para as quebradeiras, pois, foi através dela que as camponesas conseguiram lutar pelos seus direitos e conquistaram espaços sociais, além da construção da Associação. Por todos os benefícios deixados pela irmã para a comunidade, as quebradeiras de coco em sua homenagem deram o nome da cooperativa de “Centro de Beneficiamento de Babaçu Irmã Verônica”. Abaixo (figura 11) a imagem das extrativistas em frente a primeira casa construída e fundada por elas, com registro em homenagem a Ir. Verônica *in memória*.

**Figura 12: Primeira casa da AQCBSJB**



**Fonte: Aldina Melo (2012)**

Padre Bassani (2020), enfatiza a importância que se tinha o projeto da Ir Verônica para a sede municipal, “podem imaginar a importância estratégica que tinha um projeto daquele, numa realidade tão pequena e abandonada qual era São José dos Basílios” (BASSANI, 2020, p. 49).

As quebradeiras justificam que a Associação tinha como objetivo gerar renda através dos benefícios advindos da produção do coco babaçu, por exemplo, a extração do azeite, a produção do sabão e ração para animais. A casa também servia como pontos de encontros das mulheres para discutirem sobre assuntos referentes à colheita e produção para obtenção de renda. Em uma dessas reuniões, fora discutida a possibilidade de serem instalados maquinários próprios para a extração e produção do óleo, para que assim, fosse realizada a venda diretamente à indústria, melhorando a qualidade, facilidade e produtividade.

Por volta dos anos 2005 a 2006, a comunidade basiliense recebe a freira Irmã Marta, para ocupar o lugar deixado por Irmã Verônica. Sendo ela de mesma congregação, dando continuidade aos seus trabalhos, ficando responsável pela assessoria das mulheres quebradeiras de coco babaçu de São José dos Basílios. Já de início do seu trabalho, participado de um ato em prol da comunidade, agindo de forma a defender a Associação, ao se negar receber dinheiro de um político em troca de favores. Sendo o ano de 2006 um momento eleitoral, as mulheres quebradeiras de coco receberam uma proposta de financiamento, como facilidade para resolução de seus problemas financeiros e como uma “ajuda” para suas comunidades, contanto que, em troca, votassem em um determinado candidato. Porém, visualizando o resultado de tal acordo, que seria minimamente um selamento político que retiraria a autonomia da Associação, a Irmã Marta interveio,



aconselhando as mulheres para que as mesmas não aceitassem tal dinheiro. (BASSANI, 2020).

A retaliação viera logo em seguida, pois, o vereador que estava fazendo o intermédio, foi à procura dos documentos do projeto da Associação. No entanto, como os papéis mais importantes eram guardados com a Irmã Marta, não fora possível que o mesmo tivesse acesso, impedindo qualquer ação contra elas que estivesse sendo orquestrada. (BASSANI, 2020).

Ainda, por intermédio de um projeto desenvolvido por ela, resultou em uma grande ajuda financeira provinda da CEMAR, na qual foi utilizada para a compra dos maquinários da fábrica, como é reconhecido por dona Euza: “Oia a CEMAR ajudou nos foi muito, muito, muito a Cemar”, sendo por ela citado que as ajudas se deram desde a reforma do prédio, até mesmo na partilha de preço para o frete de transporte para escoar a produção.

Com o tempo, a Associação se consolida e começa a obter mais visibilidade, chegando a ser utilizada, também, por quebradeiras de coco de cidades vizinhas. A organização dentro da mesma, em relação à produção, se dava por meio de grupos de quatro a cinco mulheres, que se dirigiam à fábrica para fazerem seus trabalhos. Como evidenciado por dona Euza, ao ser questionada sobre como se dava o funcionamento diário das tarefas:

Era assim, todas quebrava e todas vendia, ai nós tinha um caderno de notar o que a genti quebrava né, ai a tarefa do sabão era ajuntar o grupo ou equipe de muier de 6, 5 ou 4 e nois fazia, ai no final do ano nois que nois ia receber o que nois trabalhava. Ah que era a metade para nois para dividir com as 6, 5 ou 4 muier de sua equipe e a outra metade nois entregava para a associação para pagar, pagar, pagar os gastos que era para energia, para ajudar no carro. (DONA EUZA, 2020).

Apesar de todos os entraves por elas enfrentados, e, o contexto de conflitos, logo após vieram às conquistas, através da Associação, como exemplo, a valorização do coco babaçu no mercado, dando assim, uma alavancada na renda das famílias que partilhavam de tal organização, tendo um aumento percentual aproximado de 30 a 35 por cento para cada mulher. (BASSANI, 2020) Destacado esse fato, também, na fala de dona Euza, que relata sobre como eram repassados para ela seus pagamentos, além do preço do quilo de coco babaçu:

[...] Oia, naquela época era assim, nós vendia o coco o ano todinho né, aí quando chegava o final do ano tinha os acertos, porque o coco era um e oitenta o quilo aí nois sempre deixava os trintas centavos lá para o final do ano. Ai quando chega o final do ano era muito bom, porque nois recebia aquele dinheiro né como se fosse o nosso décimo, era bom demais oh, aí nós já sabíamos o que ia fazer com aquele dinheiro.

Tinha mulher que quebrava muito coco, outras já quebrava menos, as que quebrava mais né já sabia que no final do ano ia receber um bom dinheiro. (DONA EUZA, 2020)

A Associação, juntamente com a pequena fábrica nela instalada, veio como uma forma de “bênção” para aquela região, sendo facilitadora na hora da fabricação de produtos provindos do babaçu. Construída e organizada por mulheres que lutaram e enfrentaram atrocidades, representava o acesso aos seus direitos e seus bens matérias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se encaminhar para as palavras finais deste estudo, vieram-me em mente algumas recordações de momentos observados durante os estudos feitos no campo. Os primeiros "Nãos", por conta de desconfianças, anseios, medos que as mulheres quebradeiras de coco sentiram, pois, iriam partilhar de suas vivências com outras pessoas no campo, mesmo sabendo do que se tratava a pesquisa, no entanto, haviam detalhes que não se sentiam à vontade de deixar que alguém soubesse, detalhes esses, que muitas vezes lembrados, geravam sofrimentos e amarguras. As partes mais fáceis de serem relatadas e, com grande vigor, eram seus momentos de vitórias e alegria quando alcançavam suas conquistas através das mobilizações feitas por elas. Todos esses detalhes são revividos no momento da escrita das considerações finais.

O que se pode concretizar a partir deste estudo é que as mulheres quebradeiras de coco babaçu de São José dos Basílios - MA, em sua maioria as do povoado Morada Nova, adentraram em um embate político-social para obterem seus direitos, assim, conquistando, também, suas identidades, que fora construída tanto interna como externamente, pois, passaram a se ver, não apenas como mães, donas de casa, lavradoras, como também, mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Ao se enxergarem nessa nova identidade, começam a se organizar como um grande grupo e lutar em prol de melhorias para a comunidade, assim como vários grupos sociais o fazem, quando necessitam de uma atenção maior para as suas reivindicações. Fizeram movimentos em meio às ruas e avenidas, foram à Justiça para defenderem o que acreditam. Ainda que o acesso aos recursos de que precisavam fosse-lhes negado, ou seja, o acesso aos babaçuais, elas enfrentaram com coragem, mesmo sabendo o risco físico e psicológico que corriam, fazendo com que as barreiras fossem rompidas, não por completa, mas, já sendo passos que influenciam em uma conjuntura maior.

Para que se vissem como um grupo e se organizassem, fora necessária uma intervenção exterior a elas, de alguém que as identificava como grupo. Com isso, por meio de representantes da Igreja Católica, como Irmã Verônica e Irmã Marta, puderam se articular em união, conseguindo algo mais firme e de um âmbito mais político, que seria a AQCB. Trazendo-lhes mais facilidade de acesso ao meio social, tanto para aquisição de facilitação em meio aos trabalhos, quanto na valorização de seus produtos.

Mesmo após a aquisição da AQCB e da pequena fábrica nela instalada, as mulheres continuaram recebendo retaliações, tanto de donos de terras como de pessoas ligadas aos

políticos locais, que tentavam de várias formas burlarem a legitimidade que tinham com a Associação que organizaram.

Ao observar toda a trajetória dessas mulheres, conseguimos notar o quanto foram resistentes para ter seus direitos reconhecidos e, ter a valorização de seu trabalho e sua profissão. Além, também, de elas terem rompido em seu território um pouco do preconceito em relação à identidade de mulher quebradeira de coco babaçu, onde, elas abraçaram para si essa identidade como forma de orgulho e de liberdade, assumindo sem medo o que elas são.

A perseverança e a força dessas mulheres em busca da construção da AQCBSJB, mostra o tanto que elas foram ousadas e o quanto elas se empoderaram da força feminina para lutar pela sua classe social da qual eram muito desvalorizadas pela sociedade.

Com isso, ao se mostrar a vivência dessas e de outras mulheres com histórias semelhantes, estamos indo de contra ao que predomina em meio à sociedade, o machismo, o racismo e a exclusão de grupos, onde, essas minorias passam a serem ouvidas e tendo voz, se colocam como denunciante desse sistema. Essas histórias de lutas, podem mostrar que essa desvalorização, preconceito e exclusão podem ser quebrados.

## REFERÊNCIA

ALMEIDA, Alfredo W. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização.** São Luís. MIQCB, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** Terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

AYRES JÚNIOR, J. C. (2007). **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis. Recuperado em 14 de março de 2018, disponível em:> <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89908/246851.pdf?sequence=1&isAllowed=y>< Acessado em setembro de 2020

BASSANI, Marcos. **Quando o pobre não deve pensar:** da missão à destituição/Marcos Bassani. Teresina: Editora e Livraria Nova Aliança, 2020.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras:** Gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão/ Viviane de Oliveira Barbosa. Jundiá, Paco Editorial: 2014.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Histórias de trabalhadores rurais no Maranhão: Gênero, Identidades e Mobilização.** Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

BRITO, Kathiane Santana. **Não existe babaçu livre em terra presa:** Estratégia, autonomia e resistência dos babaçuais / Kathiane Santana Brito. – São Luís, 2019.

BEAUVOIR, Simone. (1970 [1949]) **O Segundo Sexo.** 1. Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4<sup>a</sup> edição; especialmente capítulos 1 (“Os dados da biologia”), 2 (“O ponto de vista psicanalítico”), 3 (“O ponto de vista do materialismo histórico”), pp. 24-80. (Edição original: *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard)

CARVALHO, A.; MACEDO, J. P. **Insurreições femininas:** Resistências de mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Andressa Carvalho; João Paulo Macedo. Rev. Polis e Psique, 2019; 9(3): 77-94.

CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia; SILVA, Alex Pizzio da. **O movimento das Quebradeiras de Coco na região do Bico do Papagaio:** Reflexões sobre redistribuição e reconhecimento. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2015, Florianópolis-sc. Anais...Florianópolis: [s.n], 2015. v. 1, p. 1 – 15

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo.** Terra, água e pás: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1990.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo.** O espinhoso caminho para a liberdade. Goiânia: CPT, 1990.

- \_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil**. CPT, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no campo: Brasil 2019/** o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino: Coordenação, Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Paulo César Moreira dos Santos – Goiânia: CPT Nacional, 2020.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GOHN, Maria da Glória. **As teorias clássicas sobre ações coletivas / Teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais**. In.: **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 23-68.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociedade Civil no Brasil: Movimentos sociais e ONGs**. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.
- HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: Tomaz Tadeu da Silva (Org). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P, 103- 133
- JUNIOR, Miguel Etinger; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos. **A Lei do Babaçu Livre: Uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão**. (Florianópolis), n. 68, p. 129-157, jun. 2014.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico** / Roque de Barros Laraia - 22 ed. Rio de Janeiro - Jorge Har. Ed. 2008.
- MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória. **Acesso À Terra, Território E Recursos Naturais: A Luta Das Quebradeiras De Coco Babaçu**. ActionAind Brasil, junho de 2015.
- MELO, Aldina da Silva. **Gênero e Conflitos Rurais: A (Re)Construção do passado a partir da Memória**. Aldina da Silva Melo. XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012. Disponível em: ><https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares><. Acessado em: 25 de novembro de 2019
- \_\_\_\_\_. **Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco Babaçu** . Somos Nós. São Luís, 2020
- NASCIMENTO, Poliana de Sousa. **Uma Cartografia das estratégias de resistências e representações políticas de Quebradeiras de coco na “região ecológica do babaçu”**. Revista Zabelê – PPGANT -UFPI - Teresina-PI • Vol. 1, n. 1 (2020)
- NASCIMENTO, Viviam Ester; SAES, Maria Sylvania; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direitos de Propriedade, Investimentos e Conflitos de Terra no Brasil: Uma análise da experiência paranaense**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 48, nº 03, p. 705-748, jul/set 2010 – Impressa em outubro 2010.

OLIVEIRA, Nathália Cristielle Mouzinho de. **Organização de mulheres: desafios e perspectivas para a consolidação da identidade das quebradeiras de coco babaçu no bairro Codó Novo, Codó-MA.** Codó, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** In Estudos Avançados. 15 (43). 2001.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Conflitos Agrários e Memória de Mulheres Camponesas.** Maristela de Paula Andrade. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2,n.3,1989,p.3-15.

REBELO, Maria de Nazaré de Oliveira, **Representações sociais, cotidiano e práticas políticas de mulheres quebradeiras de coco babaçu do Estado do Maranhão/** Maria de Nazaré de Oliveira Rebelo. - 2012

RÊGO, J. L; ANDRADE, M.P. **História de Mulheres: Breve comentários sobre o território e a identidade das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão.** 48 Agrário, São Paulo, N° 3, 2006.

REYDON, Bastiaan Philip; PLATA, Ludwig Einstein Agurto. **Migrações e os Mercados de terra agrícolas no cone Sul.** In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo. 2.ed., São Paulo: FNUAP, 1995.

SANTOS, Antonio Anderson Ribeiro. **Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão - Luta, Conquistas e dignidade.** Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Quebradeiras de coco: “Babaçu livre” e reservas extrativistas.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, p.147-166, janeiro/abril de 2017.

SILVA, José Carlos Aragão. **Ser Livre e ser escravo: Memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2008) / José Carlos Aragão Silva- São Luís: Café & Lápis; EDUFMA; FAPEMA, 2013.**

SILVA, Mauricio Eduardo Chaves; BASTOS, Ethyênne Moraes; NETO, José Rodrigues de Almeida; SANTOS, Kelly Polyana Pereira; VIEIRA, Fábio José; BARROS, Roseli Farias Melo de. **Aspectos etnobotânicos da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) Em comunidades extrativistas no Piauí, nordeste do Brasil.** Gaia Scientia , 2017. Volume 11(2): 196-211.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual.** In: Tomaz Tadeu da Silva (Org). identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P, 07-72.

## **APÊNDICES**



## Apêndices A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA, CAMPUS VII  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

**MONOGRAFIA:** 2021/2022

**TÍTULO:** LUTAS DE MULHERES CAMPESINAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA (AQCB)

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

**ORIENTANDA:** Joana Alice da Silva Melo

**MATRÍCULA:** 2017065238

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA INFORMANTE	
<b>NOME:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>NATURALIDADE:</b>	
<b>ANO DE NASCIMENTO:</b>	
<b>ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO:</b>	
<b>IDENTIDADE DE COR:</b>	
<b>OUTROS:</b>	
<b>CARGO/ FUNÇÃO:</b>	

## Apêndices B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA, CAMPUS VII  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

**MONOGRAFIA:** 2021/2022

**TÍTULO:** LUTAS DE MULHERES CAMPESINAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA (AQCB)

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

**ORIENTANDA:** Joana Alice da Silva Melo

**MATRÍCULA:** 2017065238

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os dados aqui levantando serão utilizados como base de informações que compõem a construção do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. Destaco que durante a entrevista algumas perguntas, além das quais estão no roteiro, foram levantadas de acordo com a fala da entrevistada.

- 1) Como a senhora se identifica?
- 2) Qual a história da comunidade de São José dos Basílios-MA? (como e quando surgiu?) Quem participava? Quais as instituições colaboraram?
- 3) Quem se intitulava como proprietário da terra, na época?
- 4) A senhora participou ou conhece alguém que participou da luta da comunidade? Como foi?
- 5) Quem a senhora identifica como as lideranças da comunidade nessa época?
- 6) Como as mulheres da comunidade participaram dessa luta?
- 7) A senhora é sócia da associação? Por que?
- 8) Quais os objetivos e a importância da associação para a senhora? Como é a estrutura de organização interna da associação?
- 9) Por quem, ao longo da história de organização da associação, ela foi coordenada?
- 10) Como as mulheres da associação se distribuem para a organização/realização de tarefas?
- 11) A associação recebe algum tipo de ajuda do poder público? Qual? Como?
- 12) As mulheres da associação participam de algum outro movimento social/lutas? Quais? Por que?
- 13) Na sua opinião quais as conquistas e melhorias alcançadas pela associação, tanto para a senhora como para a comunidade?
- 14) Durante a sua trajetória de luta e organização/participação na associação a senhora já enfrentou alguma forma de discriminação por ser mulher? Como foi?

### Apêndices C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA, CAMPUS VII  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

**MONOGRAFIA:** 2021/2022

**TÍTULO:** LUTAS DE MULHERES CAMPESINAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA (AQCB)

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

**ORIENTANDA:** Joana Alice da Silva Melo

**MATRÍCULA:** 2017065238

**TABELA:** IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Nome	Idade	Quant. Filhos	Interior de Origem	Ano de Chegada em Morada Nova	Ano da Chegada à Associação	Com quem aprendeu a quebra do coco babaçu
<b>Gonçala Valéria Da Silva Ferreira</b> (Dona Gonçala)	65 anos	10	Morada Nova	Sempre morou no povoado.	2000	Mãe
<b>Francisca Oliveira de Sousa</b> (Dona Francisca Pezeta)	59 anos	4	Lago Grande	1984	2001	Com suas Companheiras
<b>Euzirene Pereira de Sousa Moura</b> (Dona Euza)	55 anos	9	Couro Dantas dos Quatis	Logo após seu Nascimento	2001	Mãe

**Fonte:** Joana Alice da Silva Melo (2021).

**ANEXOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA, CAMPUS VII  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM  
CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

**MONOGRAFIA:** 2021/2022

**TÍTULO:** LUTAS DE MULHERES CAMPESINAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE  
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA (AQCB)

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

**ORIENTANDA:** Joana Alice da Silva Melo

**MATRÍCULA:** 2017065238

#### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA**

Eu, **GONÇALA VALÉRIA DA SILVA FERREIRA** autorizo o uso das informações concedidas ao trabalho de pesquisa: **Lutas De Mulheres Campesinas: O Caso Da Associação De Quebradeiras De Coco Babaçu De São José Dos Basílios- MA (AQCB)** da Joana Alice da Silva Melo, sobre Orientação da Profa. Dra. Jascira da Silva Lima, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Campus VII

São José dos Basílios – MA  
28 de setembro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA, CAMPUS VII  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM  
CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

**MONOGRAFIA:** 2021/2022

**TÍTULO:** LUTAS DE MULHERES CAMPESINAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA (AQCB)

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

**ORIENTANDA:** Joana Alice da Silva Melo

**MATRÍCULA:** 2017065238

#### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA**

Eu, **EUZIRENE PEREIRA DE SOUSA MOURA** autorizo o uso das informações concedidas ao trabalho de pesquisa: **Lutas De Mulheres Campesinas: O Caso Da Associação De Quebradeiras De Coco Babaçu De São José Dos Basílios- MA (AQCB)** da Joana Alice da Silva Melo, sobre Orientação da Profa. Dra. Jascira da Silva Lima, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Campus VII

São José dos Basílios – MA  
28 de setembro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA, CAMPUS VII  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM  
CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

**MONOGRAFIA:** 2021/2022

**TÍTULO:** LUTAS DE MULHERES CAMPESINAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE  
QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS- MA (AQCB)

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

**ORIENTANDA:** Joana Alice da Silva Melo

**MATRÍCULA:** 2017065238

#### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA**

Eu, **FRANCISCA OLIVEIRA DE SOUSA** autorizo o uso das informações concedidas ao trabalho de pesquisa: **Lutas De Mulheres Campesinas: O Caso Da Associação De Quebradeiras De Coco Babaçu De São José Dos Basílios- MA (AQCB)** da Joana Alice da Silva Melo, sobre Orientação da Profa. Dra. Jascira da Silva Lima, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Campus VII

São José dos Basílios – MA  
28 de setembro de 2019